



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

FUNDAÇÃO IBGE

2<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
NACIONAL  
ESTATÍSTICA  
GEOGRAFIA  
CARTOGRAFIA

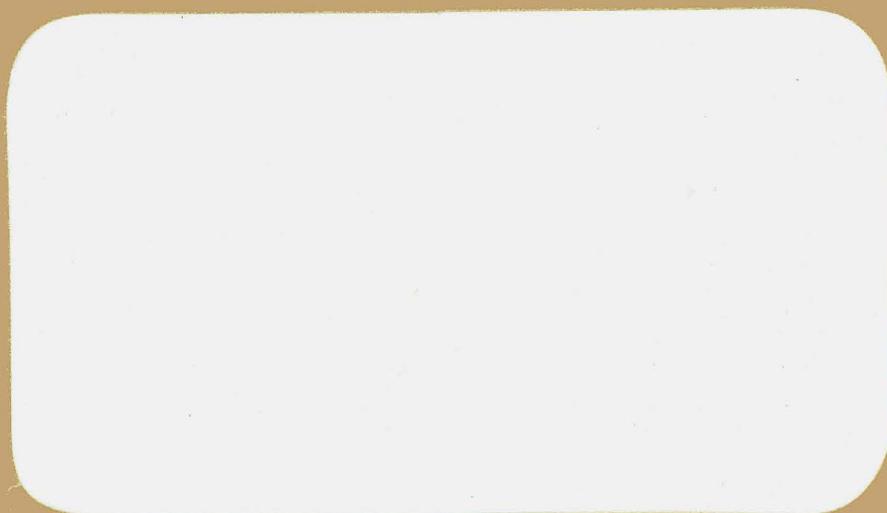
**Rio de Janeiro**

28 novembro  
11 dezembro

**1972**

Comissão.

Título do Documento.





## BOLETIM INFORMATIVO

Nº 2

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1972.

I - SESSÃO PLENÁRIA

Realizou-se ontem às 10 horas, no auditório da ENCE, a primeira sessão plenária, de caráter preparatório, da II-CONFEST e II CONFEGE, sob a presidência do Prof. ISAAC KERSTENETZKY. Participaram também da mesa os Coordenadores das duas Comissões de Coordenação Técnica, Prof. MIGUEL ALVES DE LIMA e Estatístico RUDOLF WUENSCHÉ, Diretores-Superintendentes do IBG e IBE, respectivamente, bem assim o Prof. ANTONIO CEZAR OLINTO, Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Informática, e, como Secretário, o Prof. EDMUNDO MASSADAR.

Ao abrir a reunião o Presidente da Fundação IBGE ressaltou a importância das duas Conferências tendo em vista, principalmente, a escala de prioridades que deve ser observada nos trabalhos da estatística, da geografia e da cartografia, dada a insuficiência de recursos para atender simultaneamente a todas as necessidades nesses campos de atividade. Assinalou também o esforço realizado para pôr em prática todas as recomendações do encontro de 1968 e os propósitos de colaboração que animam a entidade neste novo encontro com os usuários de estatística, geografia e cartografia.

Usaram da palavra, em seguida, os Coordenadores da Comissão de Coordenação Técnica da CONFEGE e da Comissão de Coordenação Técnica da CONFEST, que fizeram breve relato do andamento prévio dos trabalhos no âmbito das duas citadas comissões e convidaram os Coordenadores das Comissões Técnicas a elas vinculadas para uma reunião preparatória, no término da I Sessão Plenária.

Em seguida, reproduz-se a composição das diversas Comissões Técnicas:

COMISSÃO "A" — Sala 201

Coordenador: RAUL ROMERO DE OLIVEIRA  
Relator: ROBERT ROBICHEZ CASSINELLI  
Secretário: NIELSEN ALVES AFFONSO

COMISSÃO "B" — Sala 301

Coordenador: SYLVIO WANICK RIBEIRO  
Relator: SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS  
Secretário: ALOYSIO V. DE AZEVEDO

COMISSÃO "C" —

Coordenador: LUIZ ZOTTMANN  
Relator: MARISTELA A. A. SANT'ANA  
Secretário: REINALDO DOS SANTOS LEAL

COMISSÃO "D" — Sala 302

Coordenador: CORÍ LOUREIRO ACIOLI  
Relator: HERVEY GUIMARÃES COVA  
Secretário: HULDA MARIA GOMES

COMISSÃO "E" — Sala 304

Coordenador: NILO BERNARDES  
Relator: CATHARINA VERGOLINO DIAS  
Secretário: CEZAR DE MAGALHÃES

COMISSÃO "F" —

Coordenador: MARIO LACERDA DE MELLO  
Relator: BERTHA K. BECKER  
Secretário: HILDA SILVA

COMISSÃO "G" — Sala 204

Coordenador: Comte. IVALDO CARVALHO DOS SANTOS  
Relator: Ten. Cel. Engº DIVALDO GALVÃO LIMA  
Secretário: CLOVIS DA MOTTA ALENCAR

COMISSÃO "H" —

Coordenador: Ten. Cel. Av. WILSON M. KRUKOSKI  
Relator: GENARO ARAÚJO DA ROCHA  
Secretário: PERICLES SALLES FREIRE

COMISSÃO "I" —

Coordenador: RICARDO SAUR  
Relator: FERNANDO LACORTE  
Secretário: MOACYR FIORAVANTE

COMISSÃO "J" —

Coordenador: SPERIDIÃO FAISSOL  
Relator: PAULO AUGUSTO ALENCAR  
Secretário: -CELSIUS LODDER

COMISSÃO "L" —

Coordenador: LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO  
Relator: LYSIA M. C. BERNARDES  
Secretário: MARIA FRANCISCA THEREZA C. CARDOSO

II - RESUMOS DOS DEBATES NAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 29.11.72

1. COMISSÃO A: Coordenador - Raul Romero de Oliveira  
 TEMA: Estatísticas Demográficas, Sociais e Culturais  
 RESUMO: O Relator comunicou todas as normas segundo as quais os trabalhos seriam desenvolvidos, e apresentou a seguir os dois Documentos do temário.

- 1 - Situação Demográfica - Considerações sobre as Estatísticas Demográficas - Documento apresentado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, pelo seu Diretor Professor Manoel Diegues Júnior.
- 2 - Estado da População - Classificação da População em Urbana e Rural - Documento apresentado por uma Subcomissão da Comissão A da CONPLANE

Ao apreciar o Documento 1 o Relator focalizou de maneira especial as sugestões referentes aos itens pesquisados pelos Boletins utilizados no Censo Demográfico de 1970. Em seu comentário fez algumas objeções às idéias do autor, mas considerou válida como contribuição aos futuros estudos de planejamento censitário. O Documento 1 foi, ainda, objeto de comentários de dois participantes. Logo depois, foi apresentado o Documento 2 que despertou interesse geral e recebeu apoio de diversas representantes, tendo sido aceita a sugestão final do Coordenador no sentido de que o Documento fosse aprovado e elaborada Recomendação, a ser submetida a plenário, de modo que o assunto focalizado, "Classificação da População em Urbana e Rural", venha a ser estudado por uma Comissão Especial a ser constituída por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estatística.

O Sr. Coordenador solicitou, então, aos presentes, que examinassem mais detalhadamente o documento em discussão com a finalidade de, em nova reunião, chegar-se a conclusões mais criteriosas sobre o assunto.

O 2º documento apresentado - "Preços - Preços Agrícolas ao Nível do Produtor" - deixou de ser debatido em face da ausência de seus propositores.

Encerrada a sessão, o Sr. Coordenador-substituto convidou os presentes para nova reunião, hoje, às 9:00 horas, no mesmo local, para prosseguimento dos trabalhos.

2. COMISSÃO B: Coordenador-substituto - Sebastião de Oliveira Reis

REMAS: "Situação Econômica", "Estatísticas Primárias" e "Legislação Censitária"

RESUMO: O Sr. Rudolph Walter Franz Wuensche, Diretor Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, deu por iniciados os trabalhos, dando ciência aos presentes de que, em face da ausência do Coordenador designado, Sr. Sylvio Wanick Ribeiro, essa função seria exercida pelo Sr. Sebastião de Oliveira Reis, cumulativamente com as de Relator, funcionando como secretário o Sr. Aluizio Vilela de Andrade.

O Sr. Coordenador-substituto comunicou ao plenário que apenas haviam sido encaminhados à Comissão, para exame, os documentos "Legislação sobre a Realização dos Censos Demográficos e Econômicos (inclusive agropecuário)", elaborado em equipe pelo CEPAGRO, Sebastião O. Reis e Aluizio Vilela de Andrade, e "Preços - Preços Agrícolas ao Nível do Produtor", de autoria de Sylvia Wanick Ribeiro e Maria José Cylar Monteiro.

Informou, ainda, que poderiam partir do plenário novas proposições, desde que se ativessem ao temário da Comissão.

O Sr. Sebastião de Oliveira Reis passou a oferecer alguns argumentos de natureza técnica, na justificativa do documento apresentado pelo CEPAGRO/DECEN, concluindo por formular apelo ao plenário no sentido de que examinasse a conveniência de, entre outras modificações na legislação censitária se encaminhasse, à área governamental específica, recomendação a fim de que seja reduzido para cinco anos o intervalo entre os censos econômicos. Intervieram nos debates, oferecendo subsídios, o Sr. José Arnaldo Messias, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina, o Sr. Representante

do CEPAGRO, o Sr. Manoel Antonio Soares da Cunha do Departamento de Censos, o Sr. Milton Pedro da Silva, de Sergipe, o Sr. Nelson Bernardes, Delegado de Estatística em São Paulo e a Sra Maristela Afonso de André Sant'Ana.

3. COMISSÃO D: Coordenador - Cori Loureiro Acioly

TEMA: Registros Administrativos como Fonte de Informações Estatísticas

RESUMO: A reunião foi aberta às 14:00 horas pelo Diretor Superintendente do IBE, Sr. Rudolf Wuensche, que fez, na oportunidade, várias indicações sobre como deveriam ser desenvolvidos os trabalhos, passando em seguida a direção da mesa ao Coordenador da Comissão. Este colocou então em discussão o documento "Registro Administrativo como Fonte de Informações Estatísticas", de autoria de José Ayres de Sousa Filho, Milton Rangel da Silva, Gilberto Barros, Yedda Borges de Mendonça, Hulda Maria Gomes, Maurício Simões Gonçalves, Jorge Lima, Paulo Augusto de Alencar e Mário Fernandes Paulo. O Relator, Estatístico Hervey Guimarães Covas, apoiou a criação de uma Comissão para tratar do assunto, como sugere o documento, mas manifestou-se contrário à junta da de anteprojeto de decreto ao projeto de Recomendação, por entender que a questão da estruturação da comissão deve ficar inteiramente a cargo da Administração da Fundação IBGE. O Estatístico Hedio San Martinho, do Conselho Federal de Estatística, sugeriu que a recomendação previsse também a instituição e/ou aproveitamento de registros nas empresas da iniciativa privada, para assegurar maior presteza e exatidão em suas informações. Houve amplos debates sobre a matéria, usando da palavra diversos participantes e observadores. Em virtude do adiantado da hora, o Sr. Coordenador suspendeu a sessão, convocando nova reunião para hoje, às 9:00 horas, no mesmo local.

4. COMISSÃO E: Coordenador - Prof. Miguel Alves de Lima

TEMA: "Planos e Programas de Produtores de Geografia"

RESUMO: A Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográficas

fico-Cartográficas (CONPLANGE) apresentou o documento que serviu de tema à reunião, elaborado pela Profa. Marília Velloso Galvão (coordenadora), Profa. Haidine da Silva Barros Duarte e Prof. David Márcio Santos Rodrigues. Realizando uma análise sumária do andamento das pesquisas geográficas no Brasil, seja no âmbito das universidades ou no dos organismos estaduais, o documento tem por finalidade principal propor diretrizes a serem adotadas para evitar a superposição de programas e a duplicação de esforços e recursos. Conclui apresentando sugestões com esse objetivo, tendo sido debatidos e aprovados em plenário os três primeiros itens do trabalho, em que se recomenda ao Instituto Brasileiro de Geografia o seguinte:

- a) Organizar um cadastro de instituições que realizam pesquisas geográficas como parte fundamental de sua programação ou em contextos interdisciplinares, mantendo-o atualizado, inclusive quanto às pesquisas já realizadas e em realização em cada instituição;
- b) Intensificar, na medida de suas possibilidades, o entrosamento com órgãos regionais e estaduais, oferecendo-lhes subsídios do conhecimento, nas pesquisas que visam aos planos de desenvolvimento;
- c) Intensificar o entrosamento com os órgãos universitários, para a difusão e intercâmbio de experiências metodológicas.

5. COMISSÃO G: Coordenador - Comte. Ivaldo Carvalho dos Santos

TEMA: Escalas de Prioridades para o Mapeamento Sistemático Terrestre - Básico do Território Brasileiro Face ao Desenvolvimento e à Segurança

RESUMO: A Comissão reuniu-se ontem, às 14:00 horas, para estabelecer a sistemática dos trabalhos que serão desenvolvidos durante a II CONFEGE.

Houve, em seguida, a distribuição do tema da reunião, originário da COCAR (Comissão de Cartografia) para posterior discussão.

Hoje, dia 30, às 9:00 horas serão apresentados outros documentos, de autoria dos Srs. Cel. Aristides Barreto e Dr. Alair Melo Siqueira, relacionados ao tema central da Comissão.

Será, também, examinado o trabalho de autoria do Engenheiro Placidino Machado Fagundes.

A Programação da rede geodésica de apoio fundamental em função das prioridades de mapeamento do Território Brasileiro.

### III - PROGRAMAÇÃO PARA O DIA 30.11.72

#### 1. COMISSÃO A

Manhã — Estatística de nascimento - Sugestões sobre um novo Método de Coleta.

Tarde — Dedução de uma Tábua de Vida através da Análise Demográfica.

#### 2. COMISSÃO B

Manhã — Prosseguimento do exame do documento "Legislação sobre a realização dos censos demográfico e econômicos (inclusive agropecuário)" e início dos Debates sobre o documento "Preços - Preços Agrícolas ao nível do produtor".

#### 3. COMISSÃO D

Manhã — Conclusão dos Debates sobre o documento "Registro Administrativo como Fonte de Informações Estatísticas" e início dos trabalhos relativos ao documento "Fluxos de Mercadorias e Modelos de Análise Inter-Regional".

#### 4. COMISSÃO E

Manhã — Continuação do Exame dos Itens do Documento "Planos e Programas dos Produtores de Geografia".

5. COMISSÃO G

Manhã — Apreciação do Documento "Escalas e Prioridades para o Mapeamento Sistemático Terrestre-Básico do Território Brasileiro Face ao Desenvolvimento e à Segurança".

IV - INFORMAÇÕES E INDICAÇÕES

1. Coquetel — A Direção da Fundação IBGE ofereceu aos participantes da II CONFEST e II CONFEGE um coquetel no Clube Piraguê, às 21:00 horas do dia 28, tendo comparecido grande número de delegados.
2. Comunicação — A Secretaria da Conferência comunica aos participantes que o "Boletim Informativo" e documentos de trabalho podem ser encontrados na Sala de Credenciais, localizada no 2º andar.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Neste primeiro número do BOLETIM INFORMATIVO da SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA, a Fundação IBGE apresenta a todos os participantes votos de boas-vindas, manifestando a convicção de que alcançaremos o maior êxito nos trabalhos ontem solenemente iniciados.

A II Conferência das duas alas do IBGE reveste-se de particular significação porque encontra a entidade em pleno processo de modernização de métodos e ampliação de atividades, onde se destaca a criação, em 1971, do Instituto Brasileiro de Informática, para poder atender, com a necessária presteza e eficiência, às necessidades do planejamento em âmbito nacional e regional, bem assim à crescente demanda de dados nos diversos setores da iniciativa privada.

Certa de que, tal como aconteceu no primeiro encontro, realizado em 1968, cada um oferecerá novamente o melhor de seu concurso à II Conferência, a Fundação IBGE apresenta a todos as melhores congratulações, por esta nova oportunidade de estreitar laços de colaboração com os usuários de estatística, geografia e cartografia.

I - SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

Realizou-se ontem, dia 28, às 17 horas, no auditório da Caixa Econômica Federal, sob a Presidência do Ministro JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO, do Planejamento e Coordenação Geral, a sessão solene de abertura da II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA.

Às 16 horas, com a presença do Ministro REIS VELOSO, do Professor ISAAC KERSTENETZKY e grande número de autoridades civis

e militares, verificou-se o lançamento, no saguão da Caixa Econômica Federal, pelo representante do Presidente da ECT, Brigadeiro JOSÉ CARLOS TEIXEIRA ROCHA, de 4 selos da série Desenvolvimento Nacional, o primeiro versando sobre o MOBRAL, o segundo sobre o 1º Centenário do Censo Demográfico, o terceiro sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, e o último, sobre o Produto Nacional Bruto. Seguiu-se a inauguração, no mesmo local, da Exposição sobre as atividades da Fundação IBGE, com a projeção de "slides". Os presentes dirigiram-se, logo após, ao auditório da Caixa Econômica, onde se realizou a sessão solene de abertura da Conferência.

O Professor ISAAC KERSTENETZKY, Presidente da Fundação IBGE, convidou o Exmo. Sr. Dr. JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, para presidir a Sessão e, para comporem a Mesa, os Srs. GIAMPAOLO MARCELO FALCO, Presidente da Caixa Econômica Federal; Brigadeiro JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA ROCHA, representante do Presidente da ECT; CLÁUDIO LUIS PINTO, representante do Presidente do Banco Nacional da Habitação; Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM, representante do Ministro do Exército, e HENRIQUE FLANZER, Secretário-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Em outro local deste Boletim transcrevem-se os dois discursos proferidos na solenidade.

## II - SESSÃO PLENÁRIA (Preparatória)

Realiza-se hoje, quarta-feira, dia 29, no auditório da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 4º andar, às 10,00 horas da manhã, a Sessão Plenária Preparatória da SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA (CONFEST) e da SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA (CONFEGE) destinada à apresentação dos nomes dos Coordenadores, Relatores e Secretários das Comissões Técnicas. Serão ainda fornecidas informações e avisos especiais.

Na parte da tarde haverá reunião das Comissões A, B, D, E e G.

COMISSÃO "A" - ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIAIS E CULTURAIS, subdivididos em 3 temas: Situação demográfica, indicadores demográficos e situação social e cultural.

COMISSÃO "B" - SITUAÇÃO ECONÔMICA - ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS - LEGISLAÇÃO CENSITÁRIA. Constam dessa Comissão os itens Legislação sobre a realização de Censos Demográficos e Econômicos (inclusive Agropecuário) e Situação Econômica - Estatísticas Primárias.

COMISSÃO "D" - Registro Administrativo como ponte de Informações Estatísticas. Os assuntos constantes dos debates dessa Comissão serão: Demografia, situação Econômica, situação Social e Cultural, e Organização Administrativa.

---

Reuniões da II CONFEGE:

COMISSÃO "E" - Planos e Programas dos Produtores e Usuários de Geografia - CONPLANGE.

COMISSÃO "G" - Prioridades para o Mapeamento Sistemático do Território Nacional.

Esta Comissão examinará os seguintes assuntos:

1) Escalas e Prioridades para o Mapeamento sistemático terrestre-básico do Território Nacional, face ao desenvolvimento e segurança.

2) A programação da rede geodésica de apoio fundamental, em função das prioridades de mapeamento do Território Brasileiro.

Programação para AMANHÃ, 5a. Feira, dia 30: Reunião das COMISSÕES A, B e D (CONFEST) e E e G (CONFEGE)
--

### III - INDICAÇÕES DIVERSAS

1) A II CONFEST e II CONFEGE, cujos trabalhos se estendem de 28 de novembro a 11 de dezembro, estão sendo realizadas nas dependências da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, situada na Rua André Cavalcanti, 106.

2) Estrutura administrativa e localização dos serviços

## 2.1 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL

Secretaria: Assessor - Dr. MÁRIO GALVÃO

Assistente: EVA MACIEL

4º andar - Telefone: 2.42-0137  
Ramal interno - 13Controle Financeiro: Chefe - TOUCHE1º andar - Telefone: 2.22-8711  
Ramal interno - 3Transportes: Chefe - LESSA4º andar - Telefone: 2.42-0137  
Ramal interno - 13Credenciais: Chefe - JÚLIO CAETANO2º andar - Telefone: 2.42-0137  
Ramais internos - 12 e  
20Redação: Chefe - EDMUNDO MASSADAR

2º andar - Ramal interno - 9

Serviços Gerais: Chefe - JORGE1º andar - Telefone: 2.22-8711  
Ramal interno - 5Mecanografia: Chefe - DORAND1º andar - Telefone: 2.22-8711  
Ramal interno - 6Publicações: Chefe - LÚLIO

5º andar - Ramal interno - 13

Duplicação: Chefe - JÚLIO VIDAL1º andar - Telefone: 2.42-0137  
Ramal interno - 8Serviço Médico

Acha-se instalado no 2º andar do Edifício da ENCE, um serviço médico para atendimentos de emergência. Ramal interno - 9.

Outros telefones de interesse geral:

COMISSÃO TÉCNICA - Ramais internos 14 e 15

PORTARIA - térreo: Ramal interno 7

1º andar- " 8

2º " " 9

3º " " 10

4º " " 11

IV - COMUNICAÇÕES

Transporte - Há condução, à disposição dos Senhores Delegados dos Estados, da ENCE para a Sede da Fundação IBGE (Av. Franklin Roosevelt, 166 - pátio interno) e vice-versa, bem assim desses locais para o centro da cidade.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO  
IBGE, PROF. ISAAC KERSTENETZKY, NA  
SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DA II  
CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTI-  
CA, GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA.

—"Em nome da Fundação IBGE e no meu próprio, tenho a honra de agradecer a presença, nesta solenidade de abertura dos trabalhos da II Conferência Nacional de Estatística e da III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, do Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Doutor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, bem como das demais autoridades, que aqui vieram prestigiar esta reunião inaugural, e dos participantes de ambas as Conferências.

Seria desnecessário salientar, neste instante, a importância especial de que se revestem as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia. Constituem elas a melhor oportunidade de um encontro entre os que produzem dados e informações estatísticas e geográficas-cartográficas, e os usuários desses mesmos dados e informações.

• O interregno entre as duas Conferências caracterizou-se pela implementação de medidas objetivando alcançar plena compatibilidade da produção de dados e informações estatísticas, geográficas e cartográficas em relação às atividades desenvolvidas pelos setores públicos e privados.

Nesse sentido, a Fundação IBGE procurou aparelhar-se da melhor maneira possível, aproveitando a experiência de alguns decênios para a renovação dos métodos e processos de trabalho, em consonância com o ritmo de crescimento do Brasil e as peculiaridades setoriais de expansão da vida nacional.

Vejo, aqui, condignamente representados, os órgãos e entidades da mais larga projeção, no País, consumidores e produtores de tais elementos informativos.

A Fundação IBGE está certa de que as atuais Conferências virão trazer às investigações, pesquisas e levantamentos estatísticos, bem como aos estudos geográficos, levantamentos geodésicos e topográficos e ao mapeamento do Brasil, reajustamentos e ímpulsos novos, em decorrência dos contatos e trocas de idéias entre os participantes deste promissor encontro.

E devo assegurar que, como no passado, a Fundação IBGE dará o melhor dos seus esforços no sentido de cumprir e realizar as Recomendações das presentes Conferências.

Passo agora ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral a Presidência desta Sessão de Instalação dos Trabalhos da II Conferência Nacional de Estatística e da II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia".

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO  
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, DO  
PLANEJAMENTO, NA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DA II CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

—"Ao abrir os trabalhos destas Conferências Nacionais de Estatística, Geografia e Cartografia, realizadas no ano em que se comemora o centenário do I Censo nacional, desejo levar a todos os seus participantes a saudação da Fundação IBGE e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Com a operação efetiva de seu órgão de informática, aparelhado com os mais modernos computadores, e já no estágio de lançamento da nova fase do programa de pesquisas econômico-sociais domiciliares, o sistema estatístico nacional se mostra perfeitamente equipado tecnologicamente e motivado programaticamente para o conhecimento da realidade da sociedade moderna e do tempo de criação em que se encontra o Brasil.

Importa, desde logo, definir a importância da Fundação IBGE no conjunto de órgãos e entidades que integram o sistema de funcionamento do Ministério.

Responsável pela coordenação do planejamento e acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento do país, o Ministério conta com o setor específico de produção de dados e informações de natureza estatística, geográfica e cartográfica, bem assim de apoio de processamento de dados, como uma das condições básicas para o êxito de seu trabalho.

A Fundação IBGE funciona como uma das grandes unidades componentes do sistema integrado do Ministério do Planejamento, ao lado de entidades cujas atribuições, necessariamente diversificadas, se complementam em trabalho sincronizado visando a um mesmo fim — como o IPEA, o BNDE, a FINEP; e unidades inte-

grantes da Secretaria-Geral do Ministério: as diversas Secretarias — de Planejamento, de Orçamento, de Modernização e Reforma Administrativa, de Articulação com os Estados e Municípios, de Cooperação Técnica e Econômica Internacional.

A Fundação IBGE, por sua vez, é integrada por serviços igualmente diferenciados, como os de Estatística, Geografia, Cartografia e Informática, que abrangem inquéritos, levantamentos de variada espécie, pesquisas de toda ordem — tudo isso, no entanto, sob critérios rigorosos de interação, porque objetivando um só e único fim, isto é, o da produção de um quadro tão completo e atualizado quanto possível da realidade social e econômica do País.

Desejo, assim, ressaltar que os diversos setores de trabalho da Fundação IBGE funcionam dentro do enfoque de sistema, como um todo coerente, espelhando, desse modo, em sentido particularizado, a filosofia que inspira o mecanismo de ação conjugada e interdependente do Ministério a que se acha vinculada.

A idéia básica dessa atuação sistêmica tem dois sentidos. Primeiro, de que as atividades da instituição não devem constituir mera repetição rotineira de tarefas isoladas. E, sim, têm caráter finalista — proporcionar uma visão da trajetória da evolução do País em suas múltiplas dimensões. Segundo, da estreita interdependência das atividades, que poderiam ser visualizadas dentro de um "continuum", que vai desde a concepção dos programas estatísticos e geográficos, coleta de dados e informações no campo, elaboração, processamento e armazenamento, até a realização de estudos e divulgação de resultados.

Nessa direção, vem a Fundação IBGE desdobrando e articulando as suas atividades, em expansão correspondente aos imperativos do próprio desenvolvimento nacional, para isso não lhe faltando a compreensão e o apoio do Governo do Presidente Médici

Torna-se agora oportuno fixar alguns dos aspectos mais expressivos das realizações da Fundação IBGE durante os anos recentes, no interregno havido entre as primeiras Conferências e as que tenho hoje a satisfação de inaugurar.

Quero destacar, antes do mais, as bem conduzidas operações do VIII Recenseamento Geral do Brasil, as quais, pela primeira vez, permitiram a obtenção dos resultados do Censo Demográfico coincidentes em sua referência cronológica com os dos Censos Econômicos, propósito este do maior alcance para a comparabilidade dos dados demográficos e econômicos.

Quero também salientar que as apurações preliminares globais do Censo Demográfico foram divulgadas em tempo recorde, poucos meses decorridos do início da coleta dos dados respectivos. Neste momento, estão sendo divulgados os resultados definitivos, por Unidades da Federação.

Além do bem sucedido esforço de atualização das estatísticas, nada obstante o crescente aumento de novos inquéritos e pesquisas, fato que decorre de uma demanda cada vez mais variada e exigente, em exatidão e minúcia, de informações sócio-econômicas, a Fundação IBGE aperfeiçoa a elaboração das estatísticas industriais e fornece, com periodicidade mensal, indicadores da produção industrial que estão permitindo ao Governo e aos setores da iniciativa privada acompanhar de perto a evolução nesse importante setor da economia nacional.

Merece referência especial o levantamento sistemático que, sob a denominação de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), possibilita acompanhar a muito breve prazo a evolução de características sócio-econômicas da mais profunda significação, em país da extensão territorial e conseqüente diversificação de aspectos como o nosso, tais as referentes a mão-de-obra, emprego, nível econômico da família, grau de instrução, saúde, habitação e outras desse gênero.

O estudo da organização do espaço geográfico nacional e o mapeamento do Brasil tiveram impulso considerável nos últimos anos.

Mantendo serviços de Geodésia e Topografia, fundamentais para o apoio às atividades cartográficas que vem desenvolvendo em ritmo ascendente e em consonância com as diretrizes básicas do planejamento do desenvolvimento do País, a Fundação

IBGE apresenta notável acervo de trabalhos, no campo dos estudos especificamente geográficos, dentre os quais não posso deixar de mencionar os relacionados à organização regional do País como um todo, à caracterização das unidades macro-regionais e à identificação de unidades menores dessa mesma organização, com a utilização de métodos da Geografia Quantitativa.

Fato digno de menção especial é o do advento, no esquema organizacional da Fundação IBGE, há cerca de um ano e meio, do setor de Informática, para execução do processamento dos dados necessários às atividades da Fundação; desenvolvimento de arquivo eletrônico de acesso automático de informações indispensáveis ao planejamento sócio-econômico na área do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ou seja, um Banco de Dados; a promoção e generalização do uso dos métodos de informática no âmbito da Fundação IBGE e do Ministério do Planejamento; e a realização de estudos e pesquisas metodológicos no domínio da Informática. Além disso, o setor de Informática da Fundação IBGE vem atendendo com inteiro sucesso a solicitações outras, como no caso de sua valiosa contribuição no processamento do Orçamento da União.

O grande salto tecnológico representado pela computação eletrônica e a aplicação dos modernos métodos e processos de Informática às pesquisas e levantamentos sócio-econômicos traduzem-se em aperfeiçoamento do processo de concepção e elaboração do planejamento do desenvolvimento nacional.

Paralelamente, a Fundação IBGE cuida, ela própria, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, da formação e aperfeiçoamento do seu pessoal técnico e essa contribuição ao preparo de especialistas se estende às demais organizações integrantes do Ministério do Planejamento. E vale dizer que não poucos dos diplomados são absorvidos em outros setores, não só públicos como de outra natureza.

As Conferências que ora se iniciam trazem o ensejo de um contato de maior alcance entre produtores de dados e informações sócio-econômicos e seus usuários de todos os matizes — não apenas aqueles da área governamental, mas também os que representam o imenso e tão variado setor dos empreendimentos privados.

Decorrentes de prescrição legal, e com a participação de representantes ministeriais, dos Governos Estaduais e de outras entidades públicas e privadas, tanto produtoras como usuárias de estatísticas e de informações geográfico-cartográficas, as Conferências oferecem oportunidade para contatos e troca de idéias e opiniões, visando a uma racional coordenação de esforços para o melhor atendimento possível das necessidades do País nesses campos de atividades.

Entre os múltiplos e importantes temas da agenda das Conferências, creio que devem ser destacados os seguintes:

1) No âmbito das estatísticas contínuas: a ampliação das informações de curto prazo indispensáveis para a formulação da política conjuntural; a modernização das estatísticas agrícolas; melhor cobertura do setor terciário; e prioridades na regionalização de dados.

2) O aperfeiçoamento da comparabilidade das estatísticas particularmente quanto às provenientes de registros administrativos.

3) Integração dos processos de coleta em diferentes áreas do sistema estatístico.

4) Na esfera das estatísticas derivadas, além da tabela de relações inter-setoriais de 1970, já objeto de trabalhos preliminares na Fundação IBGE, novas dimensões da contabilidade social devem ser discutidas, com atenção especial para construção de indicadores sociais.

5) O processo de ocupação econômica do território nacional e o crescimento demográfico do País fazem com que seja importante definir investigações e estudos prioritários de urbanização, migrações internas e desenvolvimento agrário.

Por outro lado, são de grande interesse as conclusões das discussões a serem realizadas sobre o mapeamento sistemático do território nacional.

Tão expressiva quanto a produção, em si mesma, de dados e informações estatísticas e geográfico-cartográficas, é, igualmente, a coordenação, que também cabe à Fundação IBGE, dos

esforços globais para esse fim. E aqui está um dos objetivos principais destas Conferências, cujo valor se impõe de maneira irrecusável, como uma das condições de êxito das atividades da Fundação IBGE.

Formulo os melhores votos no sentido de que as Conferências de Estatística e de Geografia e Cartografia, de 1972, alcancem completo êxito. E, de sua parte, que a Fundação IBGE continue trabalhando e produzindo com a eficiência que todos reconhecemos. Sabendo, ela própria, com a experiência e o tirocínio de vários decênios, adaptar-se às condições resultantes do progresso e do desenvolvimento do País, não se deixando estratificar em esquemas estáticos de organização, mas, ao contrário, articulando-se através dos reajustamentos que se forem impondo pelo sentido eminentemente dinâmico da vida nacional, que lhe cabe observar e medir a cada passo".



Tiveram prosseguimento ontem, segunda-feira, dia 4, os trabalhos das diversas Comissões Técnicas, além da Sessão Plenária da II CONFEGE. Eis o resumo desses trabalhos:

#### I - SESSÃO PLENÁRIA DA II CONFEGE

Realizou-se ontem, às 15,30 hs., no auditório da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a Primeira Sessão Plenária da II CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA. Presidida pelo Prof. MIGUEL ALVES DE LIMA, na qualidade de Presidente da Comissão de Coordenação Técnica da Conferência, sua finalidade foi a leitura dos Relatórios das Comissões Técnicas E e G, e conseqüente votação das Recomendações contidas nos referidos Relatórios.

A Mesa foi assim constituída: Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística - Dr. RUDOLF WALTER FRANZ WUENSCHÉ; Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Prof. ANTÔNIO TÂNIO ABIBE; Coordenador da Comissão "G" -- Comandante IVALDO CARVALHO DOS SANTOS; Relator da Comissão "E" -- Geógrafa CATHARINA VERGOLINO DIAS; Relator da Comissão "G" - Coronel DIVALDO GALVÃO LIMA.

Após a leitura do Relatório da Comissão "E" pela Profa. CATHARINA V. DIAS, passou-se à votação de suas Recomendações, pelo plenário. O texto aprovado foi o seguinte:

#### 1 - Ao INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA:

- a) Organizar um cadastro de Instituições que realizam pesquisas geográficas, como parte fundamental de sua programação ou em contextos interdisciplinares, mantendo-o atualizado, inclusive quanto às pesquisas já realizadas e em realização em cada instituição, registrando, para as últimas, os meios de que dispõem para sua execução;
- b) Procurar estabelecer um cadastro de temas prioritários de pesquisas, com base nas informações por ele coletadas;

- c) Atuar junto a órgãos, com responsabilidade no aprimoramento de meios e auxílios a pesquisas e a pesquisadores, no sentido de orientar a alocação de recursos para o provimento de realização desses estudos de temas prioritários;
- d) Intensificar, na medida de suas possibilidades, o entrosamento com órgãos regionais e estaduais, oferecendo-lhes subsídios nas pesquisas que visam aos planos de desenvolvimento;
- e) Intensificar o entrosamento com os órgãos universitários, para intercâmbio e difusão de experiências metodológicas;
- f) Enfatizar, nas pesquisas geográficas a seu cargo, o papel de repartição de nível de renda no Brasil, articulando-se, se necessário, com outros órgãos interessados.

2 - Aos ÓRGÃOS REGIONAIS E ESTADUAIS DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS:

- a) Procurar entrosamento com Instituições de Pesquisa na área interdisciplinar de ciências sociais, com vistas ao planejamento do desenvolvimento econômico;
- b) Procurar entrosamento com o Departamento de Geografia do IBG, para intercâmbio de experiências e articulações de programas;
- c) Procurar integrar Órgãos de Pesquisas Universitários nos estudos necessários do desenvolvimento, incluindo, também, os recursos destinados à sua execução.

3 - Aos ÓRGÃOS UNIVERSITÁRIOS:

- a) Procurar orientar a programação das pesquisas para temas e áreas relacionadas, de acordo com as necessidades dos planos de desenvolvimento nacional, regionais, estaduais e locais;
- b) Encaminhar escolha de teses de pós-graduação para temas e áreas selecionadas, de acordo com a sugestão contida no item a;
- c) Procurar entrosamento com os setores técnicos do IBG para intercâmbio de experiências metodológicas.

4 - Aos USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

- a) Indicar as pesquisas geográficas que lhes são necessárias em termos de temas e/ou áreas, e em termos de prioridades, para que as mesmas sejam consideradas dentro das programações das instituições de pesquisas geográficas.

Dando prosseguimento à reunião, o presidente da Mesa solicitou ao Cel DIVALDO GALVÃO LIMA que lesse o Relatório da Comissão "G", com as propostas de Recomendações nele contidas. Após sua leitura, foram submetidas à votação as seguintes recomendações:

I - À COCAR:

- que reveja as prioridades e escalas para execução do mapeamento do território nacional;

II - Aos diversos Órgãos e pessoas vinculadas ao problema da Cartografia Sistemática:

- que prossigam em seus estudos relativos ao assunto e os encaminhem à COCAR, como órgão encarregado da dinamização da execução da política da Cartografia Sistemática no Brasil.

III - Aos órgãos produtores de Cartas Sistemáticas:

- que o façam, prioritariamente, em áreas em torno de capitais de estados e territórios ou de cidades cuja população seja superior a 300 000 habitantes.

IV - Propõe a inclusão, pela COCAR, da escala de 1:100 000, para as áreas beneficiadas com os investimentos governamentais de infra-estrutura na Região Amazônica, tais como as faixas de influência das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus, etc. bem como a zona de mineração da Serra dos Carajás e outros de similar importância.

O Prof. PEDRO PINCHAS GEIGER sugeriu que fosse alterado o critério de prioridade para o mapeamento sistemático do território nacional, incluindo cidades com população de 100 000 habitantes para cima.

O Cel LOUREIRO informou que as cidades com menos de ..... 100 000 habitantes já haviam sido cobertas em outro tipo de escala.

Na oportunidade, o Eng<sup>o</sup> DORIVAL FERRARI esclareceu que não foi feita fixação para o número de habitantes inferior a 300 000 habitantes, porque não houve solicitação de cidades interessadas no assunto.

A representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Profa. NICE LECOCQ MULLER, falou da necessidade de serem levadas em consideração as cidades de 100 000 habitantes para cima, pois esse critério é aceito internacionalmente, sendo de grande importância para o estudo de Geografia Urbana.

A seguir o Prof. SPERIDIÃO FAISSOL ponderou que deveriam ser estabelecidos critérios para cada região, dependendo de sua organização interna ou da estrutura de cada cidade. Sugeriu que fosse feita a variação de escala, segundo o tamanho de cada cidade. Recomendou a eliminação da expressão 300 000 habitantes. Complementou sua explanação com a pergunta à Mesa: "o que se pode mapear, hoje, na escala de 1:100 000, que não poderá se conter na escala de 1:250 000?".

O Dr. PLACIDINO MACHADO FAGUNDES fez objeção aos debates, afirmando que o plenário parecia desconhecer o estatuto que regulava a matéria.

Encerrando os debates, o Dr. MARIO LACERDA DE MELO propôs a inclusão da Rodovia Manaus-Caracaráí na proposta de Recomendação nº III.

As alterações aprovadas e incluídas no Relatório da Comissão "G" foram as seguintes:

- 1) Inclusão nominal da Rodovia Manaus-Caracaráí;
- 2) No que se refere a Pólos de desenvolvimento, modificação para 100 000 habitantes.

O Presidente da Mesa encerrou os trabalhos da 1ª Sessão Plenária elogiando as atividades das Comissões Técnicas e o esforço desenvolvidos por todos os participantes para a melhor realização dos objetivos da II CONFEGE.

## II - RESUMO DOS DEBATES NAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 4/12/72

## 1. COMISSÃO "A" - Coordenador: RAUL ROMERO DE OLIVEIRA

Tema: ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

Resumo: O Senhor Coordenador reiniciou às 15:00 horas os trabalhos, interrompidos na sexta-feira última, dia 1, em sinal de pesar pelo falecimento do funcionário da Fundação IBGE, FRANCISCO MONTALVÃO DA SILVA.

1 - Situação Demográfica - Apreciação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas - Sugestão para apurações sobre os dados do Censo Demográfico - 1970 - Melhorias das Informações para o Planejamento Urbano - Documento apresentado pelos estatísticos PERGI CAFIERO e LUIZ CARLOS CAMPOS LEAL, do SERFHAU-CIDUL.

2 - Situação Demográfica - Apreciação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas - A Problemática das Informações Censitárias - Documento apresentado pelo Banco Nacional da Habitação.

E, mais o seguinte:

3 - Recomendação elaborada pelo Grupo de Trabalho da própria Comissão para exame dos aspectos relativos às Estatísticas de Saúde.

Os documentos 1 e 2 foram amplamente discutidos pelo plenário, sendo aprovados. Não tendo concordado com a maneira pela qual a mesa orientou a matéria em discussão, a representação do Banco Nacional da Habitação solicitou que constasse de Ata a seguinte observação: "A Mesa não aceitou a proposta de recomendação conjunta do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local (CIDUL), baseados nos Documentos apresentados, em virtude de as não considerar pertinentes, pois pleiteavam definição e adoção de medidas relacionadas com o plano de divulgação definitiva do Censo Demográfico de 1970, já aprovado anteriormente e em execução. Na oportunidade, foi declarado que se considerava viável o atendimento, pela FIBGE, das pretensões do BNH, mediante prévio entendimento administrativo, em momento oportuno".

O Documento 3 foi apresentado e discutido pelo plenário

que o aprovou com pequenas emendas . a seguinte Recomendação: Deve rã ser constituída uma Comissão Inter-ministerial para estudar a problemática do Setor da Estatística de Saúde e sugerir as modificações necessárias, de ordem legal, técnica, administrativa e financeira. Em seguida, a Comissão encerrou os seus trabalhos.

## 2. COMISSÃO "C" - Coordenador: LUIZ ZOTTMANN

Tema: APRECIÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS BÁSICAS - SETOR ECONÔMICO - ESTATÍSTICAS DERIVADAS

Resumo: o Senhor Coordenador deu início às atividades da Comissão às 14 horas, com rápidas indicações sobre como se processariam os trabalhos. Logo após, deu a palavra à Relatora, MARISTELA SANT'ANA, que fez um resumo das partes 1 e 2 do Documento: "Índices da Produção Real", apresentado pela CONPLANE, pedindo a atenção de todos para alguns pontos da mencionada contribuição. A parte 3 do mesmo documento, intitulada "Conclusões e Recomendação à II CONFEST", foi relatada por um dos autores do trabalho, o Sr. JOSÉ BASTOS TÁVORA. Em seguida, foi discutida e votada, uma a uma, cada conclusão do documento, usando da palavra vários oradores, principalmente os Srs. RAUL EHLERS, Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Agropecuários; OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR, representante da Comissão de Coordenação Geral; SIMÃO JOSÉ GABRIEL, Diretor do DEICOM, e os representantes da SUDENE e dos órgãos estaduais de estatística de Goiás, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Sul.

Com relação às estatísticas agropecuárias, decidiu a Comissão não apoiar, por se tratar de assuntos já previstos no planos da CEPAGRO, as duas recomendações sugeridas: a primeira no sentido de a Fundação IBGE estudar a possibilidade de transformar a pesquisa especial que realiza sobre bovinos em pesquisa permanente, estendendo-a ao gado eqüino, asinino, muar, suíno e ovino; a segunda, referente ao aperfeiçoamento das estatísticas do abate de animais, especialmente os de pequeno porte. Na oportunidade, decidiu também a Comissão manifestar seu integral apoio ao projeto de Recomendação, já aprovado na Comissão "B", relativo à criação, em cada Unidade Federada, de um Grupo de Avaliação e Controle das Estatísticas Agropecuárias. Sobre a produção extrativa de origem a-

nimal e de origem mineral, não houve debate, passando-se então a discutir as conclusões pertinentes à Indústria de Transformação. Também neste caso a Comissão não apoiou, por focalizarem medidas já em andamento, as propostas referentes à ampliação do número de produtos das pesquisas mensal e anual e à revisão periódica dos esquemas de amostragem adotados nos levantamentos da indústria de transformação. Por igual motivo também não obteve apoio uma recomendação, dirigida ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, relativa à discriminação da venda de energia elétrica segundo as Unidades da Federação ou Grandes Regiões do País. Já a recomendação sobre as estatísticas da construção foi unanimemente aprovada, com uma redação que prevê, expressamente, a ampliação do campo de incidência da pesquisa e um apelo aos Municípios no sentido de ser reforçada a exigência do "Habite-se", para melhorar as estatísticas da construção civil em âmbito municipal. Finalmente, foi debatida uma proposta no sentido de a Fundação IBGE propiciar apoio aos órgãos regionais produtores de estatística, para possibilitar-lhes o levantamento de estatísticas contínuas de seu interesse, não levantadas, com o detalhamento desejado, pelo sistema estatístico nacional. Por considerar que o assunto necessita de maior exame, e em face do adiantado da hora, o Senhor Coordenador suspendeu a sessão, convocando nova reunião para hoje, às 9 horas da manhã.

### 3. COMISSÃO "F" - Coordenador: MÁRIO LACERDA DE MELO.

Tema: "DIRETRIZES E PRIORIDADES DAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS".

Resumo: Aberta a sessão pelo Coordenador MÁRIO LACERDA DE MELO, passou-se ao exame dos três documentos apresentados ao plenário: "As migrações internas e as estatísticas nacionais", de autoria de FAUSTO ALVES DE BRITO, do CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade de Minas Gerais); "Pesquisas sobre migrações", trabalho em conjunto de HÉLIO MOURA, CARMEN HOLDER e JOSÉ OLÍMPIO COELHO (o primeiro, técnico do Banco do Nordeste e os outros da SUDENE) e "Recuperação de Informação e Migração", elaborado por uma equipe do Instituto Brasileiro de Informática formada por LUIZ CARLOS GOMES, N. DO VALLE e ANTÔNIO C. OLINTO. Usou da palavra, em primeiro lugar, LUIS CARLOS GOMES, que pres

tou esclarecimentos sobre o teor de seu trabalho. Em seguida a relatora BERTHA K. BECKER fez uma breve apreciação sobre os documentos, passando-se em seguida aos debates e posterior aprovação das recomendações que se seguem:

1 - Que no próximo Censo a investigação de procedência do migrante seja feita a nível de município, indicando-se, inclusive, o tempo de permanência no município de residência anterior.

2 - Que os dados sobre migrações, inclusive os que se incluem nos levantamentos da PNAD, visem à obtenção, entre outros, de informações adequadas a estudos sobre:

- a) etapas de migrações e grau de transitoriedade;
- b) status do indivíduo no lugar de origem e de destino (quando couber), em termos principalmente de ocupação, indicando-se tempo de permanência na ocupação atual e anterior com vistas à identificação de processos de mudança nas áreas de emigração e imigração.
- c) motivações pessoais que explicam as decisões dos migrantes de realizarem seus deslocamentos (por que? e para onde?).

3 - Que tais estudos procurem ser associados, em termos interdisciplinares, a estudos dos processos de ocupação de áreas agrícolas, urbanização e metropolização.

4 - Que seja dada a maior prioridade possível à recuperação das informações do Censo de 1960.

### III - PROGRAMA PARA O DIA 5/12/72

- 1 - Comissão "A" - Trabalhos concluídos
- 2 - Comissão "C" - Manhã: Continuação dos debates
- 3 - Comissão "F" - Manhã: Continuação dos debates
- 4 - Comissão "H" - Início dos trabalhos às 9 horas.

## IV - DOCUMENTOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS

## COMISSÃO "A"

Documentos da COMISSÃO "A", relacionados no Boletim Informativo nº 4, de 4/12/72, reproduzidos agora com os títulos respectivos:

1. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA (Considerações Sobre as Estatísticas Demográficas) - MANOEL DIÊGUES JÚNIOR.
2. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA (Análise de um Modelo de Tabela de Cidades por Grupo de Habitantes, para Planejamentos Cartográficos) - JOSÉ DE MATTOS.
3. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA (Os Dados do Censo e o Planejamento Urbano) - PERGI CAFIERO e LUIZ CARLOS CAMPOS.
4. ESTADO DA POPULAÇÃO (Classificação da População em Urbana e Rural) - Diversos autores.
5. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO (Estatísticas de Nascimento) - Diversos autores.
6. INDICADORES DEMOGRÁFICOS (Dedução de uma Tábua de Vida Através de Análise Demográfica) - RICHARD IRWIN e JOÃO LYRA MADEIRA.
7. SITUAÇÃO SOCIAL E CULTURAL (O Censo e os Indicadores Sociais) - JOSÉ ARTUR RIOS.
8. SITUAÇÃO SOCIAL E CULTURAL (Estatísticas Sociais - Situação Atual em Face do PNEB) - Diversos autores.
9. ENSINO (Estatísticas Educacionais: Quadro Atual e Perspectivas Futuras) - Diversos autores.
10. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA (A Problemática das Informações Censitárias) - Banco Nacional da Habitação.

+|||||+  
+|||||+  
+|||||+



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

FUNDAÇÃO IBGE

# notícias

---

B O L E T I M I N F O R M A T I V O – Nº ESPECIAL

---

## II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA E II CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Realizaram-se, com inteiro êxito, no período de 28 de novembro último a 9 de dezembro corrente, a II Conferência Nacional de Estatística – CONFEST e a II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE. Decorrente de prescrição legal, as Conferências tiveram a participação de representantes ministeriais, dos governos estaduais e de outras entidades públicas e privadas, **produtores e usuários** de estatísticas e de informações geográfico-cartográficas.

As reuniões efetuaram-se na Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, tendo resultado dos trabalhos 14 recomendações da II CONFEST e 4 da II CONFEGE. Foram aprovadas, conjuntamente, mais 3 recomendações e 3 sugestões.

A **solenidade de abertura das Conferências** foi levada a efeito no auditório da Caixa Econômica Federal, sob a Presidência do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Professor João Paulo dos Reis Velloso, com a presença do Professor Isaac Kerstenetzky, Presidente da Fundação IBGE e de grande número de autoridades civis e militares. Pouco antes fora feito o lançamento, no saguão daquele estabelecimento, pelo representante do Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, Brigadeiro José Carlos Teixeira Rocha, de 4 selos da série Desenvolvimento Nacional, um dos quais comemorativo do Primeiro Centenário do Censo Demográfico.

Ao convidar o Ministro João Paulo dos Reis Velloso para presidir a sessão solene de abertura das Conferências, o **Professor Isaac Kerstenetzky pronunciou as seguintes palavras:**

—“Em nome da Fundação IBGE e no meu próprio, tenho a honra de agradecer a presença, nesta solenidade de abertura dos trabalhos da II Conferência Nacional de Estatística e da II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, do Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Doutor João Paulo dos Reis Velloso bem como das demais autoridades, que aqui vieram prestigiar esta reunião inaugural, e dos participantes de ambas as Conferências.

Seria desnecessário salientar, neste instante, a importância especial de que se revestem as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia. Constituem elas a melhor oportunidade de um encontro



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

FUNDAÇÃO IBGE

# notícias

2

entre os que produzem dados e informações estatísticas e geográfico-cartográficas, e os usuários desses mesmos dados e informações.

O interregno entre as duas Conferências caracterizou-se pela implementação de medidas objetivando alcançar plena compatibilidade da produção de dados e informações estatísticas, geográficas e cartográficas, em relação às atividades desenvolvidas pelos setores públicos e privados.

Nesse sentido, a Fundação IBGE procurou aparelhar-se da melhor maneira possível, aproveitando a experiência de alguns decênios para renovação dos métodos e processos de trabalho em consonância com o ritmo de crescimento do Brasil e as peculiaridades setoriais de expansão da vida nacional.

Vejo, aqui, condignamente representados, os órgãos e entidades da mais larga projeção no País, consumidores e produtores de tais elementos informativos.

A Fundação IBGE está certa de que as atuais Conferências virão trazer às investigações, pesquisas e levantamentos estatísticos, bem como aos estudos geográficos levantamentos geodésicos e topográficos e ao mapeamento do Brasil, reajustamentos e impulsos novos, em decorrência dos contatos e trocas de idéias entre os participantes deste promissor encontro.

E devo assegurar que, como no passado, a Fundação IBGE dará o melhor dos seus esforços no sentido de cumprir e realizar as Recomendações das presentes Conferências.

Passo agora ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, a Presidência desta sessão de Instalação dos Trabalhos da II Conferência Nacional de Estatística e da II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia".

O texto do discurso do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, de abertura dos trabalhos das Conferências, está programado no **Boletim Geográfico** nº 232, jan.— fev/73 motivo por que deixamos de aqui transcrevê-lo.

A sessão de encerramento das Conferências realizou-se no dia 9 do corrente, sob a Presidência do Professor Isaac Kerstenetzky. Ao dar por findos os trabalhos da II CONFEST e da II CONFEGE o Presidente da Fundação IBGE aludiu inicialmente ao volume dos trabalhos levados a cabo nos doze dias de duração das Conferências e ao amplo repertório de recomendações produzidas, ressaltando a importância dessa contribuição para o prosseguimento das atividades da Fundação IBGE. Assinalou o caráter e o sentido dessas atividades, salientando constituírem elas um sistema articulado, abrangendo informações, pesquisas e planejamento com vistas ao apoio necessário e fundamental à política de desenvolvimento do País e à visão prospectiva desse desenvolvimento.



# notícias

3

Ressaltou, ainda o Professor Isaac Kerstenetzky o valor do relacionamento cada vez maior entre a Fundação IBGE e os usuários de estatística, geografia e cartografia, afirmando que, dentro dessa orientação, até o próximo encontro geral — a III CONFEST e a III CONFEGE — seriam promovidas reuniões parciais com os usuários para tratar de segmentos dos trabalhos de interesse comum. Por último, o Presidente da Fundação IBGE apresentou às instituições que se fizeram representar nas Conferências e a todos os participantes os melhores agradecimentos pela alta contribuição que haviam trazido ao completo sucesso do importante encontro.

**RESULTADOS DA II CONFEGE.** Pelas Normas Básicas, coube à II CONFEGE examinar os programas de atividades geográfico-cartográficas das entidades públicas e particulares, bem como as necessidades e prioridades dos órgãos usuários de informações geográfico-cartográficas, visando à indicação de diretrizes para uma ação conjugada de esforços de âmbito nacional nos campos da geografia e da cartografia, assim como suas implicações na programação Estatística.

A II CONFEGE apreciou, na área geográfica e cartográfica, documentos apresentados pela Fundação IBGE, e por técnicos ou instituições especializadas, convidadas, tendo como resultado final a aprovação de quatro recomendações.

Conjuntamente com a II CONFEST, foram aprovadas mais três recomendações resultantes de temas de interesse comum, e três sugestões.

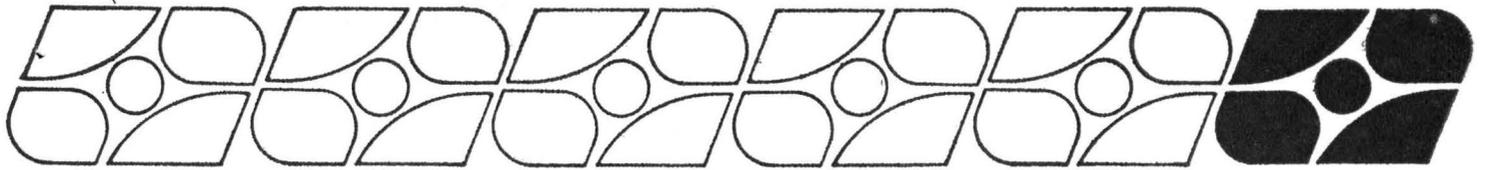
**Recomendações da II CONFEGE.** No sentido de mostrar o alcance dos diferentes temas debatidos na área geográfico-cartográfica, transcrevemos as recomendações da II CONFEGE, e a Recomendação nº 3, das Comissões Mistas, de interesse imediato à formação, treinamento e aperfeiçoamento de professores de geografia, e de pessoal técnico ligado às atividades cartográficas e geográficas. Por serem idênticas, transcrevemos apenas as ementas da Recomendação nº 1 (CONFEGE) e nº 3 (CONFEGE-CONFEST).

## **Recomendação nº 1**

A II CONFEGE, tendo em vista o disposto no Artigo 14 do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, no artigo 40 do Estatuto da Fundação IBGE (Decreto nº 61.126, de 2 de agosto de 1967) e nas Normas Básicas que regulam o seu funcionamento e

## **CONSIDERANDO**

A necessidade de conhecimento dos planos e programas das diferentes instituições de pesquisa geográfica, para o estabelecimento de diretrizes



# notícias

4

gerais de programação que evitem a superposição de tarefas e duplicação de esforços e dispêndios;

que a conjugação de atividades dos diferentes órgãos de pesquisa geográfica maximizarão o aproveitamento da capacidade operacional tornando possível maior soma de resultados em tempo útil;

a necessidade de orientação das pesquisas geográficas no sentido de permitir o conhecimento da organização espacial e servir de subsídios às políticas de planejamento sócio-econômico do País; e

as conclusões a que chegou a **Comissão Técnica "E"** Planos e Programas dos Produtores e Usuários de Geografia,

## RECOMENDA

### 1. Ao Instituto Brasileiro de Geografia

- a) Organizar um cadastro de instituições que realizam pesquisas geográficas como parte fundamental de sua programação ou em contextos interdisciplinares mantendo atualizado, inclusive quanto às pesquisas já realizadas e em realização em cada instituição, registrando para as últimas os meios de que dispõem para sua execução;
- b) procurar estabelecer um cadastro de temas prioritários de pesquisas, com base nas informações por ele coletadas;
- c) atuar junto a órgãos com responsabilidade no aprimoramento de meios e auxílios a pesquisas e a pesquisadores, no sentido de orientar a alocação de recursos para o provimento de estudos de temas prioritários;
- d) intensificar, na medida de suas possibilidades, e entrosamento com órgãos regionais e estaduais, oferecendo-lhes subsídios nas pesquisas que visam aos planos de desenvolvimento;
- e) intensificar o entrosamento com órgãos universitários para intercâmbio e difusão de experiências metodológicas;

### 2. Aos Órgãos Regionais e Estaduais de Planejamento e de Pesquisas

- a) procurar entrosamento com instituições de pesquisas nas áreas interdisciplinares de ciências sociais, com vistas ao planejamento do desenvolvimento econômico;
- b) procurar entrosamento com o Departamento de Geografia do IBG, para intercâmbio de experiências e articulares de programas;
- c) procurar integrar órgãos de pesquisa universitários nos estudos necessários ao desenvolvimento, indicando os recursos destinados à sua execução.



# notícias

5

## 3. Aos Órgãos Universitários

- a) procurar orientar a programação das pesquisas para temas e áreas relacionadas de acordo com as necessidades dos planos de desenvolvimento nacional, regionais, estaduais e locais;
- b) encaminhar escolha de teses de pós-graduação para temas e áreas selecionadas, de acordo com a sugestão contida no item a;
- c) procurar entrosamento com os setores técnicos do IBG para intercâmbio de experiências metodológicas.

## 4. Aos Usuários de Informações Geográficas

- a) indicar as pesquisas geográficas que lhes são necessárias em termos de temas e/ou áreas, e em termos de prioridades, para que as mesmas sejam consideradas dentro das programações das instituições de pesquisas geográficas.

## Recomendação nº 2

### CONSIDERANDO

As valiosas contribuições apresentadas durante os trabalhos da **Comissão "G"**, concernentes a escalas e prioridades do mapeamento sistemático terrestre-básico do território brasileiro;

que a Comissão de Cartografia-COCAR, estabeleceu as escalas prioritárias de 1: 100.000 e 1: 250.000, para o citado mapeamento;

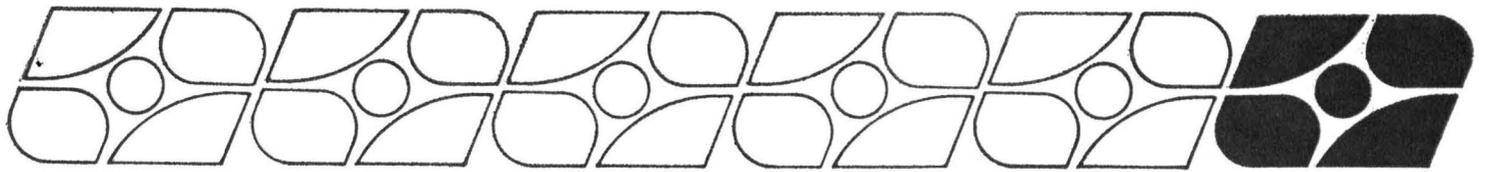
os vultosos investimentos governamentais de infra-estrutura realizados na Região Amazônica, e

as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "G" – Escalas e prioridades para o mapeamento sistemático terrestre-básico do território nacional, face ao desenvolvimento e segurança,

### RECOMENDA

## 1. Ao Instituto Brasileiro de Geografia

- a) Organizar um cadastro de Instituições que realizam pesquisas geográficas como parte fundamental de sua programação ou em contextos interdisciplinares mantendo atualizado, inclusive quanto às pesquisas já realizadas e em realização em cada instituição, registrando para as últimas os meios de que dispõem para sua execução;
- b) procurar estabelecer um cadastro de temas prioritários de pesquisas, com base nas informações por ele coletadas;



# notícias

6

- c) atuar junto a órgãos com responsabilidade no aprimoramento de meios e auxílios a pesquisas e a pesquisadores no sentido de orientar a alocação de recursos para o provimento de realização desses estudos de temas prioritários;
- d) intensificar, na medida de suas possibilidades, o entrosamento com órgãos regionais e estaduais oferecendo-lhes subsídios nas pesquisas que visam aos planos de desenvolvimento;
- e) intensificar o entrosamento com órgãos universitários para intercâmbio e difusão de experiências metodológicas;

## 2. Aos Órgãos Regionais e Estaduais de Planejamento e de Pesquisas

- a) Procurar entrosamento com instituições de pesquisas na área interdisciplinar de ciências sociais, com vistas ao planejamento do desenvolvimento econômico;
- b) procurar entrosamento com o Departamento de Geografia do IBG, para intercâmbio de experiências e articulares de programas;
- c) procurar integrar órgãos de pesquisa universitários nos estudos necessários ao desenvolvimento, indicando os recursos destinados à sua execução;

## 3. Aos Órgãos Universitários

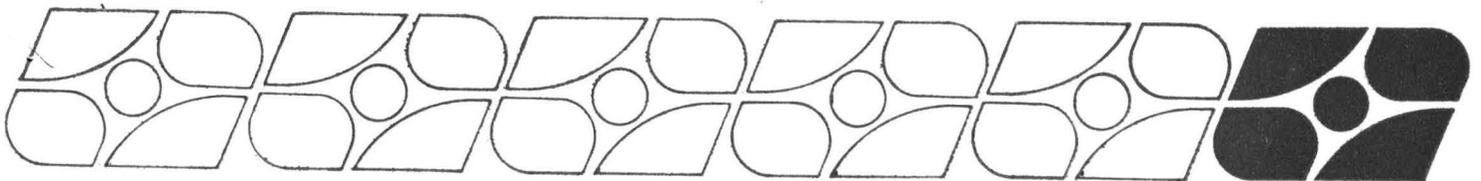
- a) Procurar orientar a programação das pesquisas para temas e áreas relacionadas de acordo com as necessidades dos planos de desenvolvimento nacional, regionais, estaduais e locais;
- b) encaminhar escolha de teses de pós-graduação para temas e áreas selecionadas, de acordo com a sugestão contida no item a;
- c) procurar entrosamento com os setores técnicos do IBG para intercâmbio de experiências metodológicas.

## 4. Aos Usuários de Informações Geográficas

- a) Indicar as pesquisas geográficas que lhes são necessárias em termos de temas e/ou áreas, e em termos de prioridades, para que as mesmas sejam consideradas dentro das programações das instituições de pesquisas geográficas.

## 5. À Comissão de Cartografia – COCAR

- a) Que reveja as prioridades e escalas para execução do mapeamento do território nacional;



# notícias

7

b) que adote a escala de 1:100.000 no mapeamento das áreas da Região Amazônica beneficiadas com investimentos governamentais de infraestrutura (faixa de influência das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus, bem como a área de mineração da serra dos Carajás e outros empreendimentos econômicos de similar importância);

## 6. Aos Órgãos e Pessoas Vinculadas ao Problema da Cartografia Sistemática

a) Que prossigam em seus estudos relativos ao assunto vinculado a escalas e prioridades de mapeamento e os encaminhem a COCAR como órgão encarregado de dinamizar a execução da política de cartografia sistemática no Brasil;

## 7. Aos Órgãos Produtores de Cartas Sistemáticas

a) Que executem prioritariamente, o mapeamento nas escalas de 1:100.000 e 1:250.000, a não ser naquelas áreas em torno de capitais de estados e territórios, ou de cidades com população superior a 300.000 habitantes;

## 8. À Direção da II CONFEGE

a) Que após complementado o documento "Nova solução para o problema de implantação da infra-estrutura geodésica de regiões-problema, pelo autor, seja o mesmo enviado aos órgãos componentes do sistema cartográfico nacional a que se refere o Decreto-Lei nº 243.

## Recomendação nº 3

### CONSIDERANDO

A necessidade de se reforçar a unidade da Geografia como conhecimento integrado;

a conveniência de que haja preocupação especial com maior precisão metodológica e conceituação teórica dos estudos geográficos;

a necessidade de que dados estatísticos básicos estejam disponíveis para os que se dedicam às pesquisas geográficas essenciais;

a necessidade de um enfoque sistêmico nos estudos de natureza geográfica,

ainda a necessidade de que as pesquisas geográficas se integrem no âmbito de estudos interdisciplinares;

finalmente, as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "F" — Diretrizes e Prioridades das Pesquisas Geográficas — como pontos essenciais



# notícias

8

de referências a serem adotadas quanto ao tema que lhe foi assinalado,

## RECOMENDA

I – Quanto aos estudos do meio ambiente:

### 1. Aos Pesquisadores e aos Órgãos de Pesquisa Geográfica em Geral

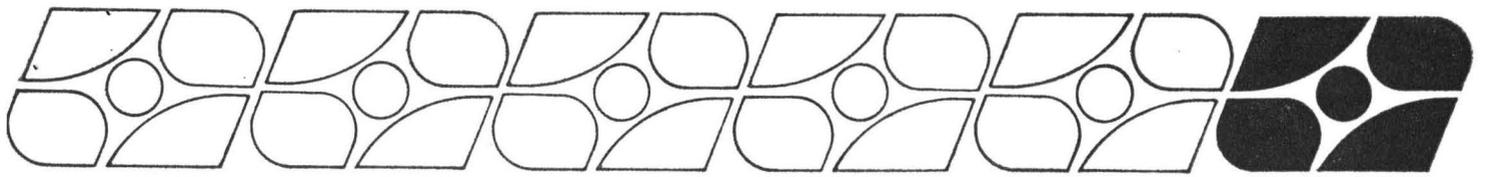
- a) Que os geógrafos que trabalham nesse domínio assumam uma atitude integradora, relativamente às pesquisas desenvolvidas por especialistas de geografia física propriamente dita como também de outras ciências físico-biológicas em geral, e das ciências sociais e econômicas, de uma forma genérica, operando em equipes interdisciplinares, sempre que possível,
- b) que nesse contexto se procure seguir experiências metodológicas integradoras do tipo ecológico-econômico, de acordo com as seguintes orientações normativas;
  - b.1) *nas áreas subdesenvolvidas* — Sejam feitos estudos exploratórios, de levantamento e conhecimento do meio ambiente, utilizando as técnicas mais apropriadas
  - b.2) *nas áreas desenvolvidas* — Sejam feitos estudos de correção do ambiente, focalizando especificamente os problemas de poluição e de devastação por seu uso inadequado
  - b.3) *nas áreas em processo de ocupação* — Sejam feitos estudos gerais, de caráter integrado, ecológico-econômico, com objetivo de prevenir a degradação e o uso imoderado, tirando proveito das experiências acumuladas, mas sem cair em atitudes, isolacionistas de pura preservação dos recursos, sem a adequada utilização dos mesmos.

### 2. Aos Usuários de Pesquisa do Meio Ambiente

Que procurem entrosamento com a Fundação IBGE, e órgãos estaduais e universitários, para que esses realizem pesquisas sobre o meio ambiente, nas áreas em que estiverem atuando.

### 3. Às Universidades

Que dêem ênfase nos seus currículos de graduação e pós-graduação em Geografia, a estudos de conservação de ambiente, através da criação de disciplinas ou conjunto de disciplinas voltadas para tais estudos.



# notícias

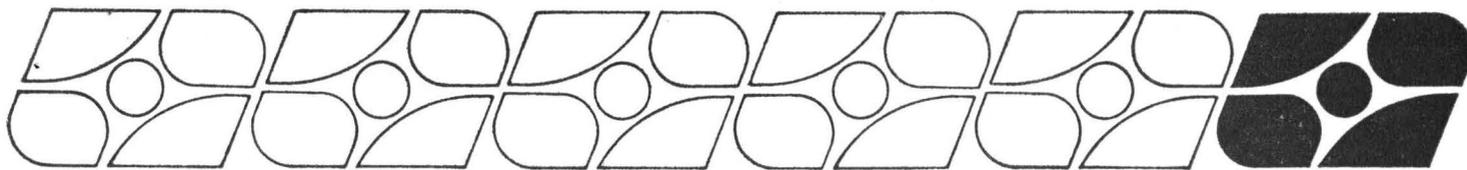
9

## II — Quanto às pesquisas agrárias:

- a) Que as pesquisas agrárias sejam orientadas para uma concepção sistêmica da atividade agrícola, entendida em sua dimensão espacial e temporal, no contexto do processo de desenvolvimento e que levem em consideração a participação interdisciplinar;
- b) que sejam desenvolvidos, em diferentes escalas, estudos de tipologia agrícola, de acordo com os objetivos específicos a que se destinem;
- c) no caso de estudos destinados ao preparo do mapa de *Tipos de Agricultura*, recomendado pela Comissão de Tipologia Agrícola da UGI, que o nível de generalização seja microrregional;
- d) que seja investigado o processo de difusão de inovações no ambiente agrário, dada a sua natureza essencial para o entendimento do processo de mudança;
- e) que se dê ampla divulgação aos resultados das pesquisas agrárias feitas por geógrafos, não só em seus resultados formais, mas também em suas implicações metodológicas, em termos conceituais e operacionais;
- f) que a Fundação IBGE organize um grupo de trabalho de caráter interdisciplinar para incrementar pesquisas agrárias, usando metodologias apropriadas às peculiaridades do caso brasileiro

## III — Quanto às pesquisas sobre migrações:

- a) Que, no próximo Censo de População, a investigação de procedência do migrante seja feita a nível de município, indicando-se inclusive, o tempo de permanência no município de residência anterior;
- b) que os dados sobre migrações, inclusive os que se incluem nos levantamentos da PNAD, visem à obtenção, entre outros, de informações adequadas a estudos sobre:
  - b.1) etapas de migrações e grau de transitoriedade;
  - b.2) *status* do indivíduo no lugar de origem e de destino (quando couber), em termos principalmente de ocupação, indicando-se tempo de permanência na ocupação atual e anterior com vistas à identificação de processos de mudança nas áreas de emigração e imigração;



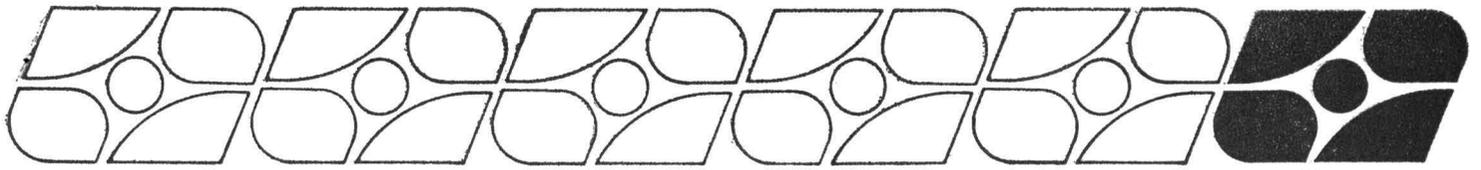
# notícias

10

- b.3) motivações pessoais que explicam as decisões dos migrantes de realizarem seus deslocamentos (por que? e para onde? );
- c) que tais estudos procurem ser associados, em termos interdisciplinares, aos dos processos de ocupação de áreas agrícolas, de urbanização e de metropolização;
- d) que seja dada a maior prioridade possível à recuperação das informações do Censo de 1960

#### IV —Quanto às pesquisas urbanas:

- a) Que as pesquisas geográficas voltadas para os estudos urbanos se orientem, através de uma abordagem sistêmica e temporal, para o estabelecimento de relações entre o processo de urbanização — entendido como processo de modernização — e a atuação do sistema de cidades no contexto do desenvolvimento nacional e da integração espacial.
- b) que sejam dadas prioridades às pesquisas sobre:
  - b.1) regiões metropolitanas, inclusive as que se relacionam com a organização de seu espaço inter-regional e intra-urbano sua ecologia e aspectos preditivos, de seu crescimento;
  - b.2) cidades médias, sua definição, inclusive no sentido da identificação de “centros de crescimento”, compreendendo o estudo das capitais estaduais e sua atuação através do setor governo no processo da regionalização;
  - b.3) germinação de núcleos urbanos nas regiões novas,
- c) que sejam dadas prioridades às pesquisas sobre os seguintes componentes do crescimento urbano e da urbanização
  - 1. migrações
  - 2. atividades industriais
  - 3. atividades do setor terciário superior de elevado limiar (threshold) e longo alcance (range)
  - 4. educação urbana
- d) que os órgãos dedicados à cartografia promovam, dentro de suas possibilidades, um processo de desenvolvimento de cartografia urbana;
- e) tendo em vista o interesse do conhecimento das estruturas internas das cidades:



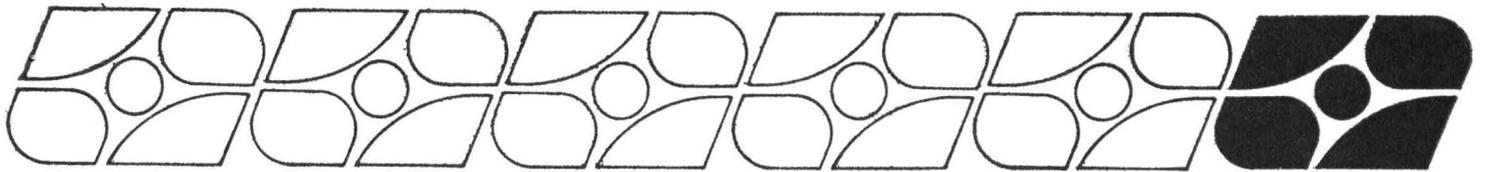
# notícias

11

- e.1) que no estudo das estruturas urbanas seja adotada uma metodologia apoiada em fundamentos teóricos-conceituais modernos e na utilização de informações estatísticas a nível de unidades espaciais intra-urbanas;
- e.2) especificamente ao IBGE (IBE e IBG) reunidos com apoio de órgãos estaduais e outras entidades interessadas, que, para fins do tópico superior, institua unidades espaciais estatísticas básicas de tamanho inferior ao âmbito urbano, a partir do agrupamento das unidades menores de coleta adotadas para o Censo de 1970;
- e.3) que também para fins do tópico 1, se constitua um grupo de trabalho, tendo núcleo no IBGE, com a participação de especialistas vinculados às entidades interessadas no problema, usuários de informações estatísticas e geográficas, com o objetivo de elaborar e divulgar diretrizes metodológicas destinadas aos estudos das estruturas internas dos espaços urbanos brasileiros;

## V – Quanto às pesquisas sobre desigualdades regionais:

- a) Que as pesquisas geográficas sobre desigualdades regionais se orientem, através de uma abordagem sistêmica, para a identificação das regiões segundo sua posição funcional no sistema espacial brasileiro;
- b) que estas regiões sejam definidas por suas estruturas formais e suas interações espaciais;
- c) que se façam análises correlacionando os modelos indicados no item 2, tendo-se em vista a interdependência entre estrutura formal e funcional, essencial no planejamento do desenvolvimento sócio-econômico;
- d) que sejam enfatizados os estudos de difusão espacial (vertical e horizontal), inclusive através de métodos específicos de mensuração;
- e) que seja dada ênfase às pesquisas visando à dinamização das regiões periféricas, especialmente no que se refere:
  - e.1) ao papel que vem sendo exercido nessa dinamização pelos troncos e ramificações da rede rodoviária nacional;
  - e.2) à identificação de áreas de maior propensão para adotar ou gerar inovações;



# notícias

12

e.3) à identificação da dimensão mínima do centro urbano e/ou microrregião aptos a absorver uma inovação;

e.4) à repartição dos níveis de renda.

## Recomendação nº 4

### CONSIDERANDO

A conveniência da adoção de escala única para a cobertura aerofotográfica, adequada ao atendimento de todas as escalas do mapeamento sistemático do País;

que a escala de 1:100.000 se evidencia como a mais conveniente para cobertura das grandes áreas ainda não aerofotografadas;

que ainda existem lacunas na cobertura em 1:60.000, do Projeto AST-10, a qual abrange cerca de 3/5 do território nacional,

as crescentes dificuldades de penetração com o apoio de campo do mapeamento sistemático, na região amazônica, pelos processos tradicionais e os resultados animadores já obtidos com a utilização do GEOCEIVER no Brasil;

a necessidade imprescindível do refinamento das coordenadas obtidas com emprego do GEOCEIVER no País;

o interesse de absorver a experiência e ampliar os conhecimentos no uso dos rastreadores eletrônicos de satélites;

a progressiva capacidade brasileira no campo do processamento de dados;

o interesse demonstrado na utilização do GEOCEIVER para determinação de coordenadas geodésicas em áreas-problema;

a conveniência de serem realizadas pesquisas no sentido de se estabelecerem os limites de aplicabilidade desse método de determinações geodésicas; e

as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "H" – Mapeamento Topográfico do Território Nacional,

### RECOMENDA

1. Aos Executores de Levantamentos Aerofotogramétricos,

que a cobertura aerofotográfica do território brasileiro, com vistas ao mapeamento sistemático, seja efetuada na escala de 1:100.000, com emprego de câmeras super-grande-angulares, salvo nos casos em que



# notícias

13

for comprovada a necessidade de uma escala maior, para fins de fotointerpretação, ou quando se destine ao preenchimento de lacunas existentes no Projeto AST-10, caso em que deverá ser mantida a escala de 1:60.000, com câmeras grande - angulares;

2. Ao Autor do Trabalho Intitulado "Novas Soluções para o Problema da Implantação da Infra-estrutura Geodésica em Regiões-problema", já Recomendado pela Comissão "G" para Remessa aos Órgãos Competentes,

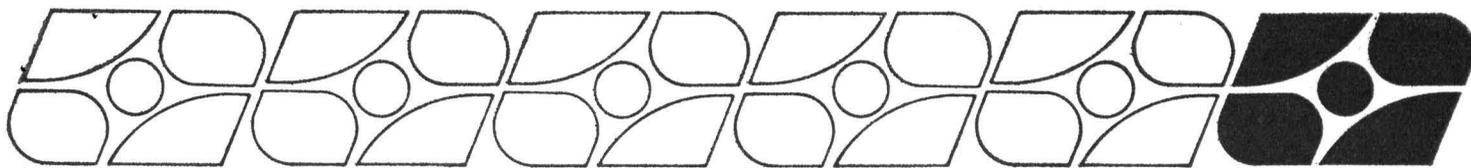
que o enriqueça com os subsídios colhidos no decorrer dos trabalhos da Comissão "H";

3. Aos Órgãos Executores de Mapeamento Sistemático

- a) Que adotem o GEOCEIVER na obtenção do apoio planimétrico suplementar para o mapeamento da Região Amazônica;
- b) que realizem estudos sobre a possibilidade de uso do GEOCEIVER também no estabelecimento do apoio altimétrico suplementar, incluindo a obtenção de dados para o aprimoramento das "GEOIDCHARTS" possibilitando a determinação de altitudes em qualquer ponto do País, com precisão absoluta definida;

4. Ao Instituto Brasileiro de Geografia

- a) Que utilize os dados relativos às órbitas dos satélites rastreadores da Marinha dos Estados Unidos, visando ao refinamento de observações realizadas sobre vértices do IBG;
- b) que utilize dois rastreadores simultaneamente, para verificação da eficiência da técnica de "Translocação";
- c) que constitua uma Comissão Técnica incumbida de pesquisar os métodos de trabalho e estabelecer normas e especificações para utilização dos rastreadores eletrônicos de satélites geodésicos;
- d) que, como órgão responsável pelo estabelecimento do apoio geodésico fundamental do território brasileiro, efetive o emprego dos rastreadores eletrônicos, de satélites geodésicos no estabelecimento de pontos de apoio ao mapeamento sistemático no País, especialmente nas áreas desprovidas da infra-estrutura geodésica indispensável ao suporte desse mapeamento, tendo em vista a demanda crescente de informação cartográfica para o planejamento global integrado do desenvolvimento dessa áreas;



# notícias

14

e) que, na assinatura de convênios e acordos para utilização de equipamento GEOCEIVER na Região Amazônica ou qualquer outra, seja assegurada a participação de técnicos e equipamentos existentes ou que venham a existir no Brasil.

## Recomendação nº 3\*

A II CONFEST e a II CONFEGE, tendo em vista o disposto nos artigos 31 e 40 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam o funcionamento das Conferências, e

## CONSIDERANDO

A importância para a Fundação IBGE do treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico, que milita no campo da estatística, da geografia e da cartografia;

serem necessárias medidas visando intensificar o aperfeiçoamento e o treinamento do pessoal técnico vinculado à Fundação IBGE, através de uma política de pessoal condizente com esses objetivos, da realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento pela própria Instituição e do apoio a cursos de graduação e pós-graduação ministrados por entidades universitárias nos campos de especialidade acima referidos;

a necessidade de expansão e a importância de que se reveste a atuação do IBG no aperfeiçoamento de professores de Geografia e geógrafos em todo o País;

a necessidade de que sejam criadas maiores oportunidades para o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal estatístico em outras regiões do País,

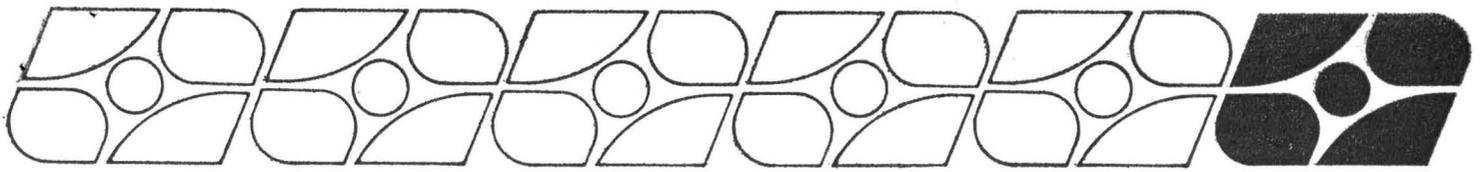
## RECOMENDA

1. Aos Institutos de Geociências, Departamentos de Geografia e outras Entidades interessadas nos cursos de aperfeiçoamento ministrados pelo IBG

a) Que, objetivando maior adequação dos referidos cursos às suas necessidades, remetem a este órgão as ementas dos programas dos cursos de geografia que vêm sendo ministrados dentro de suas programações curriculares;

---

\* Comissão Mista



# notícias

15

b) que se articulem regionalmente para proposições conjuntas, de modo que seja ampliado o alcance dos cursos a serem realizados, atendendo-se a maior número de interessados.

2. À Fundação IBGE que na programação de cursos de treinamento e aperfeiçoamento a serem organizados pelo IBG/DEDIGEO

a) Sejam dadas prioridades aos temas contidos nas recomendações aprovadas pela II CONFEGE, em particular àqueles temas vinculados a planos e pesquisas de órgãos regionais e estaduais de planejamento;

b) que os cursos promovidos fora da sede se desdobrem com a realização de seminários destinados ao aperfeiçoamento dos professores do magistério superior, paralelamente aos cursos de extensão universitária ou de reciclagem, destinados a universitários e professores do ensino médio;

c) que seja ampliado, na medida do possível, o número de cursos realizados fora da sede destinados ao aperfeiçoamento de geógrafos e professores de geografia;

d) que estude a possibilidade de serem oferecidos estágios de treinamento àqueles que tenham obtido melhor aproveitamento em cursos ministrados pelo Órgão, a fim de capacitá-los na organização e execução de pesquisas geográficas;

e) que considere a possibilidade da realização de curso de aperfeiçoamento em Geografia na Região Norte, tendo em vista que esta Região, objeto de especial atenção do Governo Federal, ainda não foi beneficiada por esta iniciativa;

f) que seja incluída na programação do Centro de Cooperação Técnica do IBG/DEDIGEO, a difusão de programas relativos à área Estudos Sociais, através de seminários, palestras e outras formas de divulgação, de modo a esclarecer a posição da Geografia nessa área de estudos.

3. À Fundação IBGE,

que tendo em vista os cursos universitários existentes em Cartografia e Geografia realize entrosamento, através de convênios, com as entidades universitárias qualificadas para a formação dos profissionais, geógrafos e cartógrafos, com vistas à renovação e aperfeiçoamento de seus quadros e à elevação do nível profissional nessas especialidades.



# notícias

16

## 4. À Fundação IBGE,

que examine a possibilidade de em sua política de pessoal estabelecer que:

- a) O servidor da Fundação IBGE, autorizado a fazer curso de treinamento, aperfeiçoamento ou pós-graduação, em área afim à do cargo exercido, seja beneficiado com redução da jornada de trabalho ou licenciamento, conforme o nível e o tempo exigidos, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, desde que o curso seja realizado pela própria Fundação IBGE, ou por ela julgado de seu interesse;
- b) sejam criadas normas que possibilitem ao servidor, melhoria salarial (acesso ou promoção) uma vez concluído o curso com aproveitamento.

## 5. À Fundação IBGE,

que através da ENCE, procure oferecer ou apoiar cursos de treinamento e aperfeiçoamento destinados ao pessoal auxiliar e técnico de entidades filiadas ao Sistema Estatístico Nacional, sempre que possível em colaboração com as universidades ou outros órgãos locais.

/ajm.



Tiveram prosseguimento na sexta-feira passada, dia 1º, os trabalhos das diversas Comissões Técnicas. Eis o resumo desses trabalhos:

I - RESUMO DOS DEBATES NAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 1º/12/72

1. COMISSÃO "A": Coordenador - RAUL ROMERO DE OLIVEIRA

Tema: Estatísticas Demográficas, Sociais e Culturais

M A N H Ã

RESUMO: O Sr. Coordenador comunicou ao plenário, como havia sido programado, estar em pauta os seguintes trabalhos:

1 - Situação Social e Cultural - Estatísticas Sociais - Situação atual e em face do PNEB - Documento apresentado por uma Subcomissão da Comissão A da CONPLANE.

2 - Ensino - Estatísticas Educacionais - Quadro atual e perspectivas futuras - Documento apresentado por uma Subcomissão da Comissão A da CONPLANE.

O Documento 1, apresentado ao plenário, foi objeto de diversos comentários, ficando decidido por proposta do Coordenador a conveniência de se criar um Grupo de Trabalho para o exame dos aspectos relativos às Estatísticas de Saúde, cujo aperfeiçoamento se pretende, e para o qual foram designados representantes do DNEES, do Ministério da Saúde, da Divisão de Saúde, da SUDENE e de outros participantes interessados no assunto. Esse Grupo de Trabalho deverá apresentar uma recomendação sobre a matéria.

O Documento 2, depois de comentado pelo plenário, foi finalmente aprovado com sugestões de que a Comissão apresente uma Recomendação especial aos Ministérios no sentido de que sejam criados nesses Órgãos Serviços de Informações para fins de Planejamento. Na

ocasião foram distribuídas cópias da Minuta de Convênio de Cooperação Mútua para perfeiçoamento das Estatísticas Nacionais entre o Ministério de Educação e Cultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, FIBGE, IPEA e as Unidades da Federação.

#### T A R D E

RESUMO: O Documento 1 apresenta as pretensões do CIDUL com relação aos resultados censitários de interesses do planejamento urbano. Foram prestados, durante os debates, amplos esclarecimentos pelo Sr. HEITOR VELOSO, do DECEN, sobre os trabalhos de planejamento, elaboração e divulgação dos resultados censitários executados pelo aludido Órgão. O Documento foi aprovado, devendo ser encaminhado ao IBE com a recomendação de que seja pedido ao DECEN atenções especiais para o mesmo.

Logo após o início dos debates sobre o Documento 2, a Sessão foi suspensa em virtude de falecimento de funcionário da FIBGE ficando marcado seu reinício para o dia 4, segunda-feira, às 9 horas.

#### 2. COMISSÃO "B": Coordenador - SYLVIO WANICK RIBEIRO

Temas: "Situação Econômica", "Estatísticas Primárias" e "Legislação Censitária".

#### M A N H Ã

RESUMO: O Sr. SYLVIO WANICK RIBEIRO, coordenador da Comissão, anunciou o prosseguimento dos trabalhos, devendo ser focalizado o subtema 1.5.6 - Construção civil, que não suscitou intervenções do plenário.

No exame do item seguinte, 1.5.7 - Energia elétrica (produção e distribuição), manifestou-se o Sr. ALBERTO CARDOSO, CEE-MIC, sobre a incompatibilidade entre os registros das empresas produtoras e a classificação dos consumidores adotada pela FIBGE. Referiu-se ao caso da Rio-Light, que situou nesse caso. O Sr. PEDRO ROBERTO CAUVILLA, CESP-SP, informou que em São Paulo também se verifica essa discordância, e para a harmonização dos critérios os dados teriam que ser revistos a partir de 1953. Ressalvando não advogar a causa das empresas, o Sr. SEBASTIÃO DE O. REIS mencio-

nou algumas das dificuldades que as mesmas enfrentam para atender à classificação da FIBGE. O Sr. ALBERTO CARDOSO voltou ao debate para opinar que o produto industrial não pode ser medido através do consumo de energia elétrica.

Sobre o item 1.5.8 - Serviços industriais de utilidade pública, o Dr. JAYME FUKS, do BNDE, referiu-se a trabalho que está sendo preparado, abrangendo saneamento, água e esgotos. O Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS informou que os cadastros domiciliares do DECEN têm sido solicitados por várias empresas, entre as quais citou a Cia. Telefônica, para servir de base à programação de seus trabalhos.

Não houve manifestação do plenário quanto ao item 1.5.9 - Comércio e prestação de serviços, mas o Sr. Relator discorreu sobre alguns de seus aspectos, passando a Comissão à abordagem do item 1.5.10 - Transportes. O Capitão ALVARO VAZ DA SILVA (DAC- Ministério da Aeronáutica), expressou o ponto de vista de que não faz sentido levantarem-se estatísticas de transporte com base em dados unitários, e que deveria ser adotada a relação passageiro/km e tonelada/km. O Representante do DNER, em aparte, aludiu a dificuldades para o levantamento de passageiros/km no transporte rodoviário e o Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS argumentou que, se o problema existe com relação a passageiros, mais complexo se tornaria com referência a carga. O Capitão ALVARO VAZ DA SILVA esclareceu que no âmbito do transporte aéreo não existem tais dificuldades, e frisou ser o dado importante para levantamento da demanda (fluxo de passageiros e de carga), necessário à orientação de programas para construção de estradas e localização de aeroportos. O Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS admitiu a importância do problema, mas expressou-se em dúvida quanto à forma de resolvê-lo. O Capitão ALVARO VAZ DA SILVA apontou falhas no inquérito "Comércio por Vias Internas" que, não incluindo São Paulo e Minas Gerais, deixa de considerar a maior parte dos dados. O Senhor NELSON BERNARDES, Delegado de Estatística em São Paulo, referiu-se à coleta de dados que faz a FIBGE sobre o transporte de carga e passageiros, cuja maior dificuldade reside nas alegações dos informantes de que teriam de reestruturar-se para atender ao que se pede. Com relação à observação do representante do DAC quanto ao Comércio por Vias Inter

nas, fez questão de ressaltar que a FIBGE mantém rigorosamente em dia a coleta do material, que envolve cerca de 4 milhões de notas fiscais. Como se sabe, acentuou, a apuração desses dados foi atribuída ao Departamento Estadual de Estatística, ao qual é remetido o material. Somente agora, acrescentou, aquele órgão estadual iniciou a apuração referente a 1969. Ao final dos debates foram formuladas as seguintes recomendações: 1) do Capitão ALVARO VAZ DA SILVA (DAC), propondo a apuração dos transportes rodoviário e ferroviário em termos de passageiros/km e toneladas/km, bem como o estudo da possibilidade de apuração dos fluxos internos de passageiros e carga transportados por rodovia e ferrovia, pelo menos entre as Capitais da UF; 2. de VANDELI DOS SANTOS GUERRA, da SUNAB, para que seja providenciado o levantamento do Comércio por Vias Internas em Minas Gerais, a fim de possibilitar o estudo do fluxo interestadual.

Em seguida foi abordado o item 1.5.11 - Comunicações, que não ofereceu debates, passando-se ao 1.5.12 - Moeda e Crédito. O Sr. PEDRO SISNANDO LEITE, do Banco do Nordeste do Brasil, ao elogiar as estatísticas sobre o assunto, levantadas pelo Banco Central, no que diz respeito à sua fidedignidade, foi aparteado pelo Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS para afirmar que, do ponto de vista do consumidor, tais estatísticas não oferecem os elementos necessários. O Sr. MANOEL BARROSO, representante do Banco Central, interpelou o Sr. SEBASTIÃO OLIVEIRA REIS sobre o alcance de sua crítica, ao que este retrucou, ressaltando que sua manifestação é do ponto de vista da divulgação, achando, inclusive, que os dados não devem ser divulgados, por considerar temerário. Terminados os debates foi proposta a seguinte recomendação, pelo Sr. MANOEL BARROSO (Banco Central): seja solicitado ao Ministério da Fazenda, ou outro órgão oficial, que volte a divulgar o movimento bancário do Brasil, por região, praça, operações, especificando qual a finalidade, natureza, etc.; e que as contas do setor Público Federal sejam especificadas na parte de Despesa como é feito na parte da Receita do Governo Federal, dados esses divulgados pelo Relatório do Banco Central.

O item seguinte, 1.5.13 - Preços, não foi debatido, sendo levado a discussão o 1.5.14 - Finanças públicas, último da pau-

ta. O Sr. EDUARDO PAMPLONA, da Fundação Getúlio Vargas, encaminhou proposta sugerindo seja levantado o setor público descentralizado (Autarquias, Fundações, etc.). O Sr. MANOEL BARROSO DE AZEVEDO, do Banco Central, referiu-se à precariedade de certos dados, que mencionou, e que não permitem um resultado desejável no levantamento das finanças públicas.

Esgotado o temário, o Sr. Coordenador perguntou se alguém desejaria voltar a qualquer dos assuntos já abordados. O Dr. RAUL EHLERS, CBEA, informou ao Plenário sobre a legislação que criou a CEPAGRO e em seguida encaminhou proposição, na forma de recomendação, para que fosse instalado, em cada Unidade da Federação, um setor para coordenação e controle das estatísticas agropecuárias em âmbito regional, para fins de uniformização.

Foram encaminhadas, ainda, as seguintes proposições: De CELSO MAGALHÃES VIEIRA PINTO, do Escritório de Estatística do Ministério da Agricultura, para que seja centralizada na CEPAGRO toda a divulgação das estatísticas agropecuárias; e de JOSÉ SIMEÃO M. CURADO, da Secretaria de Planejamento de Goiás, no sentido de que a rede bancária, tanto a particular como a oficial, possa oferecer aos usuários elementos informativos sobre crédito agrícola, especificados por cultura e por área.

O Sr. Coordenador agradeceu a colaboração de todos e declarou encerrados os trabalhos da omissão Técnica B, participando aos presentes que o relator, Sr. SEBASTIÃO O. REIS, os convidava para uma visita às instalações do Departamento de Censo, naquela mesma tarde.

### 3. COMISSÃO "D" - Coordenador - JOÃO GUY DE OLIVEIRA LIMA

Tema: "Registros Administrativos como fonte de informações Estatísticas".

#### M A N H Ã

RESUMO: A convite do Sr. Coordenador, o Sr. SIMÃO JOSÉ GABRIEL, Diretor do DEICOM, fez uma apreciação geral sobre as possibilidades de aproveitamento dos registros administrativos concernentes às estatísticas demográficas, econômicas, sociocultu-

rais e fiscais. Em relação a cada tema, falaram diversos membros da Comissão, principalmente os Srs. JOSÉ BASTOS TÁVORA, Diretor do CBESE/IBE; MILTON RANGEL DA SILVA, Diretor do CDI do Ministério do Trabalho e Previdência Social; EMÍLIA ALVES NERY FERREIRA, Diretora do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, bem as sim os representantes dos órgãos centrais regionais de Pernambuco, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Amazonas, e, ainda, os Srs. ANTONIO VASQUES, do Departamento Nacional de Produção Mineral; e JOÃO BATISTA LODI, do Conselho Federal de Estatística. Várias sugestões foram apresentadas e anotadas pela mesa para a elaboração de Recomendações a serem submetidas ao plenário da Comissão na sessão vespertina, marcada para as 16 horas.

#### T A R D E

RESUMO: Foram aprovados três projetos de Recomendação: um sugerindo às autoridades Federais, estaduais e municipais uma campanha promocional no sentido de ser incentivado o registro de nascimento no próprio ano do evento; o segundo, solicitando às autoridades municipais a adoção de registro administrativo semelhante ao da Fundação IBGE, para fins de levantamento das estatísticas das edificações licenciadas e das que recebem "habite-se"; o último, sugerindo que as fichas de hóspedes, dos hotéis, sejam padronizadas e uma de suas vias remetida ao órgão local de coleta estatística, para fins do levantamento do fluxo inter-regional de hospedagens. A seguir, o Sr. MILTON RANGEL DA SILVA sugeriu que na Recomendação relativa à Comissão que deverá estudar, de maneira geral, a questão do aproveitamento dos registros administrativos para fins estatísticos, se acrescente à palavra "Comissão" o adjetivo "permanente". Finalmente, o Sr. HEDIO SAN MARTINHO, do Conselho Federal de Estatística, propôs que, na regulamentação da Lei 5.534, que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas, se inclua dispositivo instituindo livros de registro e controle estatístico para possibilitar informação rápida e exata. Tal proposição foi aprovada por maioria.

Chegando à mesa, nessa altura, a comunicação de que fo ra determinada a suspensão dos trabalhos, em virtude do falecimen-

to do Sr. Francisco Montalvão da Silva, antigo servidor do IBGE, o Sr. Coordenador declarou concluídos os trabalhos da Comissão D, afirmando que encaminharia também à Comissão de Coordenação Técnica as propostas ainda não formalmente aprovadas.

4. COMISSÃO "F" - Coordenador - MÁRIO LACERDA DE MELLO

Tema: "Diretrizes e Prioridades das Pesquisas Geográficas".

M A N H Ã

RESUMO: Reuniu-se a Comissão F para exame do documento de autoria da geógrafa AMÉLIA ALBA N. MOREIRA intitulado "Diretrizes e Prioridades das Pesquisas Geográficas sobre o meio ambiente". A etapa inicial dos trabalhos encerrou-se às 12,30 hs com a aprovação de uma série de Recomendações que o BOLETIM INFORMATIVO transcreve a seguir:

I - a) Ao geógrafo físico ou "do ambiente" deve ser exigida uma atitude integradora dentro da pesquisa analítica desenvolvida por geomorfólogos, biogeógrafos e climatologistas;

b) Coordenação das pesquisas geográficas com a de outros especialistas do ambiente, em particular com pedólogos, ecólogos e hidrólogos, sempre que possível, em equipes interdisciplinares;

c) Integração dos resultados obtidos com as pesquisas do meio ambiente com as de geografia humana e outras ciências sociais e econômicas.

II - Aos órgãos de pesquisas geográficas em geral, nacionais, regionais ou universitárias:

a) Que às pesquisas sobre meio ambiente seja dada renovada ênfase, mas sob o ângulo de uma concepção integradora, não só no âmbito da geografia física propriamente dita, mas também de outras ciências físico-biológicas em geral e das ciências sociais de uma forma genérica.

b) Que neste contexto se procure seguir experiências metodológicas integradoras do tipo ecológico-econômico, de acordo com as seguintes orientações normativas:

b.1 - Nas áreas subdesenvolvidas - Sejam feitos estudos exploratórios de levantamento e conhecimento do meio ambiente, utilizando as técnicas mais apropriadas;

b.2 - Nas áreas desenvolvidas - Sejam feitos estudos de correção do ambiente, focalizando especificamente os problemas de poluição e de devastação por seu uso inadequado.

b.3 - Nas áreas em ocupação - Sejam feitos estudos gerais, de caráter integrado, ecológico-econômico, com objetivo de prevenir a degradação e o uso imoderado, tirando proveito das experiências acumuladas, mas sem cair em atitudes isolacionistas de pura preservação dos recursos, sem a adequada utilização dos mesmos.

### III - Aos usuários das pesquisas de meio ambiente:

a) Que procurem entrosamento com a Fundação IBGE e órgãos estaduais e universitários, para que se realizem pesquisas sobre meio ambiente nas áreas onde estiverem atuando, em quaisquer que sejam as orientações normativas indicadas na Recomendação anterior.

### IV - Às universidades:

a) Que dêem ênfase, em seus currículos de graduação e pós-graduação em Geografia, a estudos de conservação do ambiente, através da criação de disciplinas ou conjunto de disciplinas voltadas para tais estudos.

## T A R D E

Reiniciou-se a sessão, figurando na agenda o estudo do item "Pesquisas Agrárias". Houve a apresentação e posterior discussão do trabalho da geógrafa do IBG, ELZA COELHO DE SOUZA KELLER intitulado "Diretrizes e Prioridades das Pesquisas Agrárias". As Recomendações sugeridas para envio à Sessão Plenária da II CONFEGE foram aprovadas com a seguinte redação:

1) Que as pesquisas agrárias sejam orientadas para uma concepção sistêmica da atividade agrícola, entendida em sua dimensão espacial e temporal, no contexto do processo de desenvolvimento e que levem em consideração a participação interdisciplinar.

2) Que sejam desenvolvidos, em diferentes escalas, estudos de tipologia agrícola, de acordo com os objetivos específicos a que se destinem.

3) No caso de estudos destinados ao preparo do mapa de Tipos de Agricultura recomendado pela Comissão de Tipologia Agrícola da UGI, que o nível de generalização seja micro-regional.

4) Que seja investigado o processo de difusão de inovações no ambiente agrário, dada a sua natureza essencial para o entendimento do processo de mudança.

5) Que se dê ampla divulgação aos resultados das pesquisas agrárias feitas por geógrafos, não só em seus resultados formais, mas também em suas implicações metodológicas, em termos conceituais e operacionais.

6) Que a Fundação IBGE organize um grupo de trabalho de caráter interdisciplinar, para incrementar pesquisas agrárias, usando metodologias apropriadas às peculiaridades do caso brasileiro.

5. COMISSÃO "G" - Coordenador Comte. IVALDO CARVALHO DOS SANTOS.

Tema: "Novas Soluções para o Problema de Implantação da Infraestrutura Geodésia em Regiões-Problema.

A Comissão se reuniu, ontem, às 9:30 horas, dando prosseguimento às suas atividades.

Na abertura dos trabalhos, o relator leu o documento apresentado pela geógrafa FLAVIA LA SALVIA, representante da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul.

A autora fez explanação de seu trabalho "Contribuição ao estudo do mapeamento de estradas", esclarecendo ser um documento de caráter informativo ao estudo das convenções cartográficas.

Seguiu-se a distribuição de dois documentos: trabalho de procedência da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, de autoria do Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN), sobre "Implantação do Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo" e o informativo, de autoria do geógrafo JOSÉ ALBERTO MORENO, que trata da "Metodologia sobre Utilização

de Mapas de Densidade".

Em continuação aos trabalhos, o relator procedeu à leitura do documento do Eng<sup>o</sup> PLACIDINO MACHADO FAGUNDES: "Novas Soluções para o Problema de Implantação da Infra-Estrutura Geodésica em Regiões-Problema".

O autor forneceu informações sobre a parte técnica do seu trabalho e o material utilizado para sua elaboração. Esclareceu que empregara equipamento portátil, com bons resultados, helicópteros e que seu custo fora razoável. Citou as condições atmosféricas como fator de influência nas medições, distâncias e altura no sistema.

Os participantes da reunião aprovaram por unanimidade a Recomendação de ser este documento enviado aos Órgãos que compõem o Sistema Cartográfico Nacional, de acordo com o Decreto-lei nº 243, acrescido das várias sugestões, que foram feitas em plenário, e que lhe servirão de subsídios.

A Comissão "G" encerrou seus trabalhos com a deliberação de enviar à Comissão de Coordenação Técnica as conclusões e Resoluções, aprovadas em suas reuniões, e encaminhar as Propostas de Recomendação à Sessão Plenária a ser realizada hoje, dia 4 de dezembro.

### III - PROGRAMAÇÃO PARA O DIA 4/12/72

- 1 - Comissão "A" - Trabalhos concluídos
- 2 - Comissão "B" - Trabalhos concluídos
- 3 - Comissão "C" - Início dos trabalhos às 9 horas
- 4 - Comissão "D" - Trabalhos concluídos
- 5 - Comissão "F" - Manhã: Continuação dos debates
- 6 - Comissão "G" - Trabalhos concluídos

NOTA: Não haverá a sessão plenária do dia 4 da CONFEST. Os trabalhos que seriam apreciados nessa reunião foram transferidos para a sessão plenária da CONFEST no dia 7.

### III - DOCUMENTOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS

#### COMISSÃO "A"

1. Situação Demográfica — Manuel Diegues Júnior
2. Situação Demográfica — José de Mattos
3. Situação Demográfica — Perci Cafiero e  
Luiz Carlos Campos
4. Estado da População — Diversos Autores
5. Movimento da População — Diversos Autores
6. Indicadores Demográficos — Richard Irwin e  
João Lyra Madeira
7. Situação Social e Cultural — José Arthur Rios
8. Situação Social e Cultural — Diversos Autores
9. Ensino — Diversos Autores
10. Situação Demográfica.

#### COMISSÃO "B"

1. Legislação sobre a Realização dos Censos Demográfico e Econômicos (inclusive Agropecuário — Sebastião Reis e Aluísio Azevedo.
2. Preços — Maria José Cylar Monteiro e  
Sylvio Wanick Ribeiro.

#### COMISSÃO "C"

1. Contabilidade Social — Paulo Roberto Haddad
2. Índices de Produção — Subcomissão da CONPLANE
3. Contabilidade Social — Relações Intersetoriais —  
Subcomissão da CONPLANE
4. Balanços Financeiros — Subcomissão da CONPLANE
5. Índices de Preços — Subcomissão da CONPLANE
6. Balanço Alimentar — Subcomissão da CONPLANE
7. Balanço Energético — Subcomissão da CONPLANE.

#### COMISSÃO "D"

1. Registro Administrativo como Fonte de Informações Estatísticas — Diversos Autores
2. Comércio por Vias Internas — Celsius Lodder e  
Hamilton Tolosa.

COMISSÃO "E"

1. Planos e Programas de Produtores de Geografia — CONPLANGE.

COMISSÃO "F"

1. Pesquisas sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento — Bertha K. Becker
2. Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas — Pedro Pinchas Geiger
3. Pesquisas sobre Migrações — Helio Moura, Carmen Holder, José Olímpio M. Coelho
4. Pesquisas sobre Organização Espacial — Lysia M. C. Bernardes
5. Pesquisas sobre o Meio Ambiente — Amélia Alba Nogueira Moreira
6. Recuperação de Informação e Migração — L.C. Gomes, N. do Valle e A.C. Olinto
7. Pesquisas Agrárias — Elza Coelho de Souza Keller
8. Pesquisas sobre Migrações — Fausto Alves de Brito.

COMISSÃO "G"

1. Novas Soluções para o Problema de Implantação da Infra-Estrutura Geodésica em Regiões — Problema — Placidino Machado Fagundes
2. A Escala e a Integração da Informação — Prioridades Regionais — Ministério do Interior
3. Escalas e Prioridades para Mapeamento Sistemático Terrestre — Básico — Alaor Mello de Siqueira
4. Escalas e Prioridades para o Mapeamento Terrestre — Básico do Território Nacional, face ao desenvolvimento e segurança — Coronel Aristides Barreto
5. Escalas e Prioridades para o Mapeamento Sistemático Terrestre — Básico do Território Brasileiro face ao Desenvolvimento e à Segurança — COCAR.

COMISSÃO "H"

1. A Cobertura Aerofotogramétrica do Território Nacional, com Vistas ao seu Mapeamento Sistemático — Associação Nacional de Empresas de Aerofotogrametria (ANEA).

2. Aplicação do Geociver no Estabelecimento do Apoio para Levantamento na Região Amazônica — CONPLANGE
3. Aplicação do Geociver no Estabelecimento do Apoio para Levantamento na Região Amazônica — Genaro Araújo da Rocha
4. O Emprego do Geociver no Estabelecimento do Apoio para a Carta 100 — Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha.

#### COMISSÃO "J"

1. Projeto de Definição de "Áreas" para Fins de Comparação e de Planejamento — Angelo Maciel, Lindalvo B. dos Santos, Luiz Rosso, Paulo Alencar e Nelia Santos
2. Modelos Regionais para Fins de Planejamento — Speridião Faissol.

#### COMISSÃO "L"

1. Treinamento de Pessoal — Maria Francisca Thereza Cavalcanti Cardoso
2. Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal — Departamento de Pesquisas da ENCE
3. Formação e Qualificação Profissional do Geógrafo da UFRJ — Departamento de Geografia da UFRJ.

#### IV - DOCUMENTOS INFORMATIVOS

1. Produção Industrial — Índices e Quantum
2. Aviação Civil
3. Estatísticas do Transporte Marítimo — Fernando B. da Silveira
4. Informação sobre a Pesquisa Especial do Arroz no Rio Grande do Sul — Safra 1969/70
5. Informação Sobre a Pesquisa Especial de Bovinos — Amostra Nacional-1972
6. Informação Sobre o Plano Único de Estatísticas Agropecuárias da GEPAGRO — Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias — CBEA.

#### V - PUBLICAÇÕES DISTRIBUÍDAS

1. Sinopse Estatística do Brasil, 1972 (acompanhada de dois mapas, agropecuário e populacional).

2. Mapas do Estado de Minas Gerais — Zonas Geográficas e Micro-Regiões Homogêneas
3. Mapas de Santa Catarina — Político e Mapas de Florianópolis
4. Sinopse Estatística do Piauí — D.E.E.
5. Boletins Geográficos nºs 226, 227 e 228 — 1972
6. Revista Brasileira de Geografia, nº 1 e nº 34— 1972
7. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas — 1972 — IBG
8. Trabalhos Técnicos 1972 — IBG
9. Plano Nacional de Estatísticas Básicas — IBE
10. Nossa Participação — Relações Públicas — Marinha
11. Marinha do Brasil — Relações Públicas — Marinha.

## VI - INFORMAÇÕES E INDICAÇÕES

### 1. Falecimento

O Boletim Informativo registra, com pesar, o falecimento do antigo e dedicado servidor do IBGE, Francisco Montalvão da Silva, Chefe da Divisão de Registros e Movimentação do Departamento de Pessoal da Secretaria-Geral do Instituto. A ocorrência verificou-se na sexta-feira, dia 1º de dezembro, no final da tarde, motivando a suspensão dos trabalhos da II CONFEST e II CONFEGE.

### 2. Comunicação

A Comissão de Coordenação Geral das Conferências informa aos senhores participantes que se encontram à venda na Seção de Publicações do IBE (Franklin Roosevelt 146-loja) e na Seção de Publicações do IBG (Av. Beira Mar 436), algumas das publicações distribuídas durante a II CONFEST/II CONFEGE.



## B O L E T I M I N F O R M A T I V O

Nº 3

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1972

Os trabalhos da II CONFEST e II CONFEGE prosseguiram ontem em ritmo bastante intenso, tendo-se reunido diversas Comissões Técnicas.

I - RESUMO DOS DEBATES NAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 30.11.72

1. COMISSÃO "A": Coordenador - Raul Romero de Oliveira  
TEMA: Estatísticas Demográficas, Sociais e Culturais

M A N H Ã

RESUMO: O Sr. Coordenador comunicou ao plenário, como havia sido programado na sessão anterior, estar em pauta os seguintes Documentos:

- 1 - Estatísticas de Nascimentos — Sugestões sobre um novo método de coleta — Documento apresentado por uma Subcomissão da Comissão "A" da CONPLANE.

E, em segunda opção:

- 2 - Situação Demográfica — Análise de um modelo de tabela de cidades por grupo de habitantes, para planejamentos cartográficos — Documento apresentado por José de Mattos, Assessor do Departamento de Cartografia do IBG.

Ao ser apreciado o Documento 1 ficou evidenciada a impossibilidade de serem utilizados os dados sobre nascimentos obtidos através do REGISTRO CIVIL, em face dos problemas e deficiências identificados na execução dos registros. A adoção de novos processos de coleta de dados foi considerada necessária e, de modo especial, foi destacado o proposto, a ser realizado com um formulário especial — Aviso de Nascimento — a ser expedido por hospitais, casas de saúdes e maternidades onde ocorram o evento. O assunto mereceu especial atenção dos presentes tendo havido grande número

de pronunciamento, destacando-se entre eles o do Prof. João Lyra Madeira que admitiu ser a iniciativa da maior importância e o primeiro passo no sentido de se encontrar uma solução para o problema. Registraram-se também pronunciamentos dos Delegados Estaduais de Estatística do IBE, que em virtude de suas experiências, permitiu grande elucidação da matéria. Finalmente, o Documento foi aprovado, devendo ser submetida ao plenário da II CONFEST, a recomendação, consubstanciando o que propõe.

O Documento 2, após apresentação do Relator, mereceu ainda algumas considerações do seu autor sobre as razões que o levaram a submetê-lo à II CONFEST. Em seguida, o Sr. Heitor Veloso, do DECEN, pronunciou-se sobre o trabalho em pauta, opinando que não o julgava em condições de ser apreciado pela Comissão, uma vez que se tratava de sugestão sobre o aproveitamento de dados censitários divulgados. Propunha, portanto, que a Comissão não emitisse qualquer julgamento sobre o mesmo e o encaminhasse à Comissão de Coordenação Geral com a sugestão de que fosse enviado ao IBE. A proposta foi aceita pela Comissão.

#### T A R D E

RESUMO: Cumprindo o programa estabelecido o Sr. Relator apresentou dois documentos do temário:

1 - Indicadores Demográficos — Dedução de uma tábua de vida através de análise demográfica-Brasil, 1960/70 — Documento apresentado pelos Srs. Richard Irwin e Prof. João Lyra Madeira.

E, em segunda opção:

2 - Situação Social e Cultural — O Censo e os indicadores sociais — Documento apresentado por José Arthur Rios.

O Documento 1 representou a única contribuição ao item do temário: Indicadores Demográficos. Usando técnicas analíticas, o estudo em causa, estabelece uma tábua de vida para o decênio 1960/70. O Relator da Comissão destacou os principais pontos do trabalho, que recebeu a seguir outros esclarecimentos do Prof. João Lyra Madeira. Alguns pontos do trabalho foram comentados pe

los Sr. Thomas Merrick e Sra. Carmem Hansmann, do INPS. A Comissão considerou o trabalho valiosa contribuição aos Anais da II CONFEST.

O Documento 2, apresentado a seguir, mereceu a atenção dos participantes pela maneira como foram tratados os problemas das investigações estatísticas e dos indicadores sociais. O Prof. Lyra Madeira e o Dr. Amaro Monteiro teceram considerações sobre alguns pontos, tendo ambos realçados o valor da contribuição apresentada. Finalmente, o Prof. Lyra Madeira recomendou a aprovação do trabalho com as ressalvas das críticas registradas no Documento.

2. COMISSÃO "B": Coordenador - Sylvio Wanick Ribeiro  
 TEMAS: "Situação Econômica", "Estatísticas Primárias" e  
 "Legislação Censitária"

#### M A N H Ã

RESUMO: O Sr. Coordenador deu início aos trabalhos, apresentando suas desculpas pela ausência à reunião do dia anterior. Em seguida, comunicou ao plenário a reabertura dos debates em torno do Documento "Legislação sobre a Realização dos Censos Demográficos e Econômicos (inclusive agropecuário)", iniciados na véspera. Além das sugestões anteriormente apresentadas, e que deverão constar das recomendações a serem levadas às sessões plenárias para aprovação, juntaram-se mais as seguintes: 1. Do Sr. Alberto Cardoso, do CEE-MIC, no sentido de que a proposição a ser encaminhada levasse uma data prefixada para a realização dos Censos Econômicos quinquenais; 2. Do Sr. Manoel Antonio Soares da Cunha, do DECEN, propondo a data de 31 de dezembro; e 3. Do Sr. Pedro Sisnando Leite, do Banco do Nordeste do Brasil, para que as estatísticas contínuas levantadas por qualquer órgão sejam corrigidas nas séries censitárias.

Passando ao exame do documento "Preços — Preços Agrícolas ao Nível do Produtor", o Sr. Coordenador, na qualidade de um

de seus autores, desenvolveu algumas considerações, definindo o trabalho como... "uma informação que se baseia na experiência americana, a mais bem sucedida dentre todos os países, bem como da própria experiência brasileira, de resultados positivos". Após explicações sobre detalhes do trabalho, propôs a sua leitura e posterior discussão.

Sucederam-se algumas intervenções em que foram abordados vários aspectos, como a comparabilidade no confronto entre as várias regiões do País; a utilidade do levantamento; o período mais adequado de sua realização; a inclusão de um item para o componente "custos", etc.

O Dr. Raul Ehlers, Diretor do Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias, solicitado a pronunciar-se, relatou as atividades daquele Órgão, relacionadas às pesquisas que vem empreendendo. Concluídos os debates, o Sr. Sylvio Wanick Ribeiro manifestou o seu ponto de vista de que, sendo o documento em discussão de natureza meramente informativa, não seria indicado formular recomendações. O Dr. Raul Ehlers, entretanto, opinou que a Comissão se dirigisse ao Governo, pelos meios adequados, no sentido de que dotasse a FIBGE do suprimento de verba necessário a tornar o plano exequível. O Sr. Roberto Abib sugeriu, ainda, que para a atualização dos componentes do índice, os novos insumos fossem incluídos à medida que surgissem. O Sr. Sebastião Reis enfatizou que, apesar do caráter informativo do documento, se propusesse à FIBGE que o acolhesse para exame. O Sr. Rudi Braatz, da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, sugeriu a sua integração com trabalhos da mesma natureza realizados em algumas Unidades da Federação.

O Sr. Coordenador comunicou, a seguir, não haver recebido mais nenhum trabalho sobre os demais itens constantes do temário, passando a palavra ao Sr. Relator, que propôs debates sobre estatísticas primárias, não havendo manifestação do plenário. Foi abordado, então, o item "Silvicultura e extração de produtos vegetais", sendo cedida a palavra ao Sr. Manoel Antonio Soares da Cunha, que relatou aspectos da pesquisa em fase de elaboração no DECEN. O Sr. Ralph Zerkowski, da Fundação Getúlio Vargas, focali

zou o problema do ponto de vista da contabilidade nacional, e o Sr. Raul Ehlers mencionou a possibilidade do aproveitamento de registros administrativos já existentes, com intervenções dos Srs. Ralph Zerkowski, Sebastião de Oliveira Reis e José A. Mazzari.

#### T A R D E

Encaminhado para debates o item "Pesca", o Sr. José Arnaldo Mazzari, de SC, faz considerações sobre problemas relacionados com os levantamentos efetuados em seu Estado. O Sr. Sebastião Reis informa que o levantamento da pesca foi objeto de consideração para inclusão no Censo de 1970, chegando-se à conclusão de que a SUDEPE é um órgão bem aparelhado para esse levantamento, e que, ademais, criaria uma série de problemas no levantamento censitário, pelo que não foi a pesquisa incluída no programa do Censo. O Censo só cogitou da industrialização do pescado, incluída no Censo Industrial.

O caráter artesanal de que se revestia a pesca, realizada por pescadores avulsos, em jangadas e outros pequenos barcos, dificultava o levantamento. Em tempos recentes, verifica-se uma evolução no sentido de organizar-se a pesca em nível empresarial, o que virá, evidentemente, facilitar os levantamentos estatísticos da atividade pesqueira.

O Sr. José Bastos Távora concordou em que apresenta grandes dificuldades o levantamento censitário da pesca, observando que os registros existentes nas Capitâneas dos Portos podem permitir um levantamento dessa atividade.

O Sr. Roberto Abib, da FGV, fez referência ao plano de melhoria das estatísticas agrícolas — PLAMAP —, apresentado na I CONFEST, indagando em que ponto estão os trabalhos desenvolvidos pelo CBEA. O Sr. Sebastião Reis informou que os planos já estão em fase de execução, realizando-se pesquisas por amostragem em várias regiões do País, com base em cadastros fornecidos pelo DECEN. O Sr. Manoel Antonio presta informação sobre a criação da CEPAGRO, órgão encarregado da orientação e planejamento das estatísticas agropecuárias. A CEPAGRO já aprovou o Plano Único de Es

tatísticas Agropecuárias, em início de execução, havendo vários projetos em andamento. Fez referência à pesquisa sobre bovinos, já implantada em 8 Estados, e à pesquisa sobre a produção agrícola, abrangendo os principais produtos, que será implantada progressivamente nas várias regiões do país. Menciona o alto custo dessas pesquisas, o que obriga à expansão gradual da área coberta pelos levantamentos, aludindo ainda à multiplicidade de estatísticas existentes sobre diversos produtos agrícolas citando, a propósito, o trigo, para o qual há várias fontes de informação estatística. Em alguns casos, é difícil a uniformização dos inquéritos, pois os órgãos que controlam determinados setores, como o IBC, o IAA, o CEPLAC etc, necessitam de uma grande variedade de informações, que não podem ser supridas pelos programas comuns de levantamento estatístico. Mencionou ainda os registros mantidos pelos Serviços de Vacinação contra a Febre Aftosa, observando que os mesmos constituem excelente meio de aferir os levantamentos realizados pelo Censo, havendo, em geral, concordância entre os dois dados, que se mantêm no mesmo nível.

O Sr. Sebastião Reis e o Sr. Manoel Antonio prestaram esclarecimentos técnicos sobre o andamento dos trabalhos do Censo Agrícola, mencionando os variados elementos que o Censo poderá fornecer para a melhoria das estatísticas agropecuárias.

Solicitado o plenário a debater o item "extração mineral", pronunciou-se o Dr. Barroso, do CEE-MIC, objetando que as amostras da Fundação IBGE, refletidas em suas pesquisas, não incluem em produtos como petróleo e sal, que afirma representarem cerca de 40% do total, o que considera uma lacuna. Assim, recomendou a inclusão, nas estatísticas contínuas, do valor da transformação industrial desses dois produtos. A recomendação foi aprovada, manifestando-se em seguida o Dr. Fuchs, para sugerir a uniformização dos critérios para a divulgação de dados pela FIBGE, abordando as estatísticas contínuas, expandindo-se a pauta dos produtos divulgados de modo a alcançar, também, não só os de maior representatividade quanto ao volume em relação ao total mas, também, aqueles considerados de importância técnica, como insumos industriais valiosos.

O Sr. Sebastião de Oliveira Reis explicou, então, a metodologia adotada, convidando ao plenário o Dr. Simão José Gabriel, Diretor do DEICOM, que detalhou aspectos dessa metodologia e dos critérios adotados. Aduziu, ainda, que o DEICOM, juntamente com o DNPM, programou, já a partir de 1971, uma pesquisa abrangendo todo o universo da produção extrativa mineral.

Entrou em debates, a seguir, o item "indústria de transformação", intervindo o Sr. Alberto Cardoso, do CEE, do Ministério da Indústria e do Comércio, para propor que a FIBGE deixasse a cargo de órgãos de classe, entre os quais citou o Instituto Brasileiro de Siderurgia, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento e outros, o levantamento das estatísticas em que atuam seus associados, oferecendo a esses órgãos assessoramento em termos de "know-how".

Nos debates que se seguiram, intervieram o Sr. Nelson Bernardes, SP, Sebastião de Oliveira Reis, DECEN, o Representante do Departamento de Aviação Civil, o Dr. Fuchs e o Representante do Governo do Estado de Pernambuco.

Posta em discussão, foi a proposta aprovada, devendo ser formulada uma recomendação no sentido de a FIBGE se junte às Entidades de Classe interessadas para a apuração das estatísticas referentes a suas áreas específicas.

3. COMISSÃO "D": Coordenador - Cori Loureiro Acioly/João Guy de Oliveira Lima

TEMA: Registros Administrativos como Fonte de Informações Estatísticas

M A N H Ã

RESUMO: Iniciando a reunião, o Sr. Cori Loureiro Acioly anunciou que, por ter de participar de outros trabalhos, fora dispensado da função de Coordenador da Comissão "D", tendo sido designado para essa função pela Comissão de Coordenação Geral, o Sr. João Guy de Oliveira Lima, do Ministério da Fazenda, que foi então convidado a assumir a direção da mesa. Em seguida, foi reiniciada a discussão do do

cumento "Registro Administrativo como Fonte de Informações Estatísticas", não concluída na sessão anterior, girando os debates, inicialmente, em torno de uma emenda ao item 1 da Recomendação. A emenda foi afinal aprovada, por unanimidade ficando o mencionado item com a seguinte redação: "que a Fundação IBGE examine a possibilidade de ser criada, através de decreto, uma comissão interministerial com a finalidade de efetuar estudos objetivando o integral aproveitamento, para fins estatísticos, dos registros administrativos compulsórios existentes ou que devam ser instituídos nos órgãos da administração pública direta ou indireta". Foi unanimemente aprovado também o item nº 2, relativo à necessidade de ser efetuado, com urgência, a regulamentação da Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações para fins estatísticos.

Não obteve aprovação a outra emenda, apresentada na reunião do dia 29, referente à obrigatoriedade de registros, para fins estatísticos, nas empresas privadas. Passou então a ser discutido, na parte que se relaciona com os registros administrativos, o documento "Fluxos de Mercadorias e Modelos de Análise Inter-regional", de Celsius A. Loder e Hamilton C. Tolosa. O mérito das seis sugestões contidas no documento foi minuciosamente debatido, sendo apresentadas também algumas outras sugestões, pelos membros da Comissão; todavia, a mesa discutiu transferir as votações para a sessão da tarde, convocada para as 15 horas, no mesmo local.

#### T A R D E

RESUMO: Na reunião da tarde, a Comissão "D" prosseguiu a discussão do documento "Fluxos de Mercadorias e Modelos de Análise Inter-Regional", do item 2.2.2 - Comércio por Vias Internas. Verificou-se novo debate sobre o assunto, tendo o Sr. Simão José Gabriel, Diretor do DEICOM e representante da CONPLANE, informado que se encontra em estudos, no IBGE, o levantamento do comércio por vias internas através

de pesquisa direta junta às firmas exportadoras. Diante de solicitação feita, na oportunidade, por representantes de diversos Estados, assegurou o Diretor do DEICOM que o trabalho em preparo, antes de sua aprovação final, seria submetido à consideração dos órgãos estaduais, para receber subsídios. A mesa consultou se não seria o caso, então, de simplesmente se encaminhar a Comissão "J", que também estudará o mesmo documento nos seus aspectos metodológicos, um resumo dos pronunciamentos e sugestões, sobre o assunto, apresentados na Comissão "D". Aprovada unanimemente essa solução, foi a sessão suspensa por dez minutos. Na reabertura da sessão, o Sr. Simão José Gabriel, secundado pelo Sr. José Bastos Távora, focalizaram vários aspectos dos demais itens do temário do âmbito da Comissão "D", solicitando, a respeito, o pronunciamento do plenário da Comissão. Em face do adiantado da hora, o Sr. Coordenador encerrou os trabalhos, marcando nova reunião para hoje, as 9:00 horas, no mesmo local.

4. COMISSÃO "E": Coordenador - Prof. Miguel Alves de Lima  
TEMA: Planos e Programas de Produtores e Usuários de Geografia

RESUMO: Dando prosseguimento ao exame do documento "Planos e Programas de Produtores de Pesquisas Geográficas", elaborado por uma subcomissão da CONPLANGE, sob a coordenação da Profa. Marília Velloso Galvão, reuniu-se ontem a Comissão "E" no período de 9:00 às 12:00 horas e 15:00 às 16:30 horas.

Dando por concluído os seus trabalhos, a Comissão "E" aprovou em Plenário as seguintes recomendações:

1 - Ao INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA:

- a) Organizar um cadastro das instituições que realizam pesquisas geográficas, como parte fundamental de sua programação ou em contextos interdisciplinares, mantendo-o atualizado, inclusive quanto às pesquisas já realizadas e em realização em cada instituição, indicando, para os últimos, os meios para a sua execução;

- b) Procurar estabelecer um cadastro de temas prioritários de pesquisas, com base nas informações coletadas pelo IBG;
- c) Atuar junto a órgãos, com responsabilidades no provimento de meios e auxílios a pesquisas e a pesquisadores, no sentido de orientar a locação de recursos para o provimento de realização de estudos de temas prioritários;
- d) Intensificar, na medida de suas possibilidades, o entrosamento com órgãos regionais e estaduais, oferecendo-lhes subsídios nas pesquisas que visam aos planos de desenvolvimento;
- e) Intensificar o entrosamento com os órgãos universitários, para difusão e intercâmbio de experiências metodológicas;
- f) Enfatizar, nas pesquisas geográficas a seu cargo, o papel da repartição de nível de renda no Brasil articulando-se, se necessário, com outros órgãos interessados.

2 - Aos ÓRGÃOS REGIONAIS E ESTADUAIS DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS:

- a) Procurar entrosamento com instituições de pesquisa na área de ciências sociais, com vistas ao planejamento do desenvolvimento econômico;
- b) Procurar entrosamento com o Departamento de Geografia do IBG, para intercâmbio de experiência e articulação de programas;
- c) Procurar integrar os órgãos de pesquisas universitárias necessárias nos estudos do desenvolvimento, incluindo, também, os recursos destinados à sua execução.

3 - Aos ÓRGÃOS UNIVERSITÁRIOS:

- a) Procurar orientar a programação de pesquisas para temas e áreas selecionadas, de acordo com as necessidades dos planos de desenvolvimento nacional, regionais, estaduais e locais;
- b) Encaminhar a escolha de teses de pós-graduação para temas e áreas selecionadas, de acordo com a sugestão contida no item a);
- c) Procurar entrosamento com os setores técnicos do IBG para intercâmbio de experiências metodológicas.

4 - Aos USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

- a) Indicar as pesquisas geográficas que lhes são necessárias em termos de temas e/ou áreas, e em termos de prioridades, para que as mesmas sejam consideradas dentro das programações das instituições de pesquisas geográficas.

5. COMISSÃO "G": Coordenador - Comte. Ivaldo Carvalho dos Santos

TEMA: Escalas de Prioridades Para o Mapeamento Sistemático Terrestre-Básico do Território Brasileiro Face ao Desenvolvimento e à Segurança

RESUMO: A Comissão reuniu-se ontem, às 9:00 horas, para dar prosseguimento à discussão do trabalho elaborado pela COCAR (Comissão de Cartografia).

O presidente da COCAR prestou esclarecimento sobre o documento apresentado, chamando a atenção para os seus dois aspectos: estático e dinâmico. A parte estática referia-se à legislação sobre o assunto, não sendo portanto um documento cartográfico e sim uma compilação e sendo a CONFEGE uma conferência de caráter técnico não caberia examinar este aspecto do trabalho da COCAR. Em seguida foram tecidas considerações relacionadas com a parte dinâmica, que diz respeito a prioridades e execução.

Foram distribuídos três documentos procedentes do Ministério do Interior, SUVALE e da Sociedade Brasileira de Cartografia:

Ministério do Interior (SUDESUL) - Autor: Profa. Irani Schöenhofen Garcia -- "A Escala e a Integração da Informação: Prioridades Regionais no Mapeamento Sistemático."

SUVALE - Autor: Dr. Alaor Mello Siqueira: Prioridade para o Mapeamento Sistemático do Território Nacional.

Sociedade Brasileira de Cartografia: Autor: Cel. Aristides Barreto

Trabalho sob o mesmo tema e título.

Os próprios autores fizeram explanação de seus trabalhos, tendo o representante da SBC ilustrado sua exposição com a apresentação de quatro mapas indicativos da cobertura aero-fotogramétrica: mapa de apoio fundamental; áreas já mapeadas ou em mapeamento e mapa com faixas de fronteiras.

O representante da SUVALE prestou esclarecimentos sobre seu trabalho e falou em seguida sobre o levantamento cartográfico realizado pela Superintendência do Vale do São Francisco.

A Profa. IRANI GARCIA, do Ministério do Interior, esclareceu que seu trabalho se constituía num documento de alerta para a necessidade da elaboração de uma carta básica.

Em seguida foram submetidas ao plenário da Comissão, e a provadas, as seguintes recomendações: 1) De autoria do Cel. Krukosky: "Considerando a oportuna contribuição de diversos trabalhos concernentes a escalas e prioridades do mapeamento sistemático, apresentada nesta Conferência, a II CONFEGE recomenda: à COCAR que reveja as prioridades e escalas para execução do mapeamento do território nacional, tendo em vista as valiosas contribuições aqui apresentadas. Aos diversos órgãos e pessoas ligadas ao problema da Cartografia Sistemática que continuem seus estudos referentes a este problema e encaminhem-nos à COCAR que é o órgão encarregado da dinamização e da política da cartografia sistemática no Brasil". 2) De autoria do Cel. BARRETO: "Considerando que a própria COCAR estabeleceu as escalas prioritárias de 1 por .... 100 000 e 1 por 250 000 para o mapeamento sistemático, proponho que seja recomendado aos órgãos oficiais produtores de cartas sistêmicas que só o façam naquelas escalas, a não ser aquelas em torno das capitais e das cidades cujas populações sejam maiores que 300 mil habitantes." 3) De autoria do Cel. DIVALDO: "Considerando os vultosos investimentos governamentais de infra-estrutura na região amazônica sugeri a inclusão pela COCAR da escala de 1 por 100 000 para as áreas objeto de tais investimentos, como por exemplo, a Transamazônica, Perimetral Norte, Serra dos Carajás, etc.

O Sr. Coordenador encerrou a sessão às 18 horas e marcou nova reunião para hoje, às 9:00 horas, no mesmo local.

## II. PROGRAMAÇÃO PARA O DIA 1/12/72

### 1. COMISSÃO "A"

Manhã - Estatísticas Sociais

Tarde - Estatística de Ensino - Perspectivas Atuais e Futuras.

### 2. COMISSÃO "B"

Manhã - Continuação dos debates sobre o item

1.5 - Situação econômica . Estatísticas primárias.

### 3. COMISSÃO "D"

Manhã - Discussão sobre os restantes itens do âmbito do temário "Registro administrativo como fonte de informações estatísticas".

### 4. COMISSÃO "E"

Trabalhos concluídos

### 5. COMISSÃO "F"

Início dos trabalhos às 9 horas.

### 6. COMISSÃO "G"

Manhã - Continuação dos debates

## III. INFORMAÇÕES E INDICAÇÕES

1. O Setor de Transportes comunica, mais uma vez, que há condução da Av. Franklin Roosevelt, 166-fundos para a ENCE.
2. A primeira reunião da COMISSÃO "F", que estava marcada para SEGUNDA-FEIRA, 4 de dezembro, foi antecipada para o dia 1º de dezembro, sexta-feira, às nove horas da manhã.
3. A COMISSÃO "H", que se reuniria no dia 4, transferiu o início dos seus trabalhos para o dia 5 às 9 horas da manhã, de vendo reunir-se também à tarde no mesmo dia.



COMISSÃO "C"

6.1 - Índices de Produção

6 - SITUAÇÃO ECONÔMICA - ESTATÍSTICAS  
DERIVADAS

CONPLANE

### 1.6.1 - ÍNDICES DA PRODUÇÃO REAL

#### 1. Apreciação das estatísticas disponíveis, face ao que dispõe o Plano Nacional de Estatísticas Básicas (PNEB)

O Plano Nacional de Estatísticas Básicas prevê, para o setor da Produção Primária, o cálculo de índices de "quantum", de periodicidade anual, referentes a áreas geográficas especiais, devendo entender-se como tais as áreas que, por força da lei ou imposição da técnica, sejam representadas por municípios ou distritos de uma ou mais Unidades da Federação, constituindo cada área geográfica uma área distinta de pesquisa, não somando o seu conjunto, necessariamente, a área total do País.

Duas entidades calculam índices da produção real para o setor: Fundação Getúlio Vargas e Fundação IBGE.

A Fundação Getúlio Vargas calcula as seguintes séries de índices para o setor, todas com base no ano de 1949 e início em 1947: um índice geral para a produção primária; índices particulares para a agricultura e específicos para os produtos de consumo interno e de exportação; a produção animal e derivados; e a produção extrativa vegetal. Os indicadores em apreço são elaborados pelo Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia; acham-se divulgados em Conjuntura Econômica; têm periodicidade anual, cobertura nacional, e se acham atualizados.

A Fundação IBGE calcula, além de um índice geral para as atividades agropecuárias, indicadores particulares para a agricultura, a pecuária, a extração de produtos vegetais e a pesca. Para a agricultura, são elaborados ainda indicadores específicos para os cereais; as raízes e tubérculos; os legumes e hortaliças; as leguminosas; as frutas; os produtos agrícolas para fins industriais e o café. Para a pecuária, além do índice resumo, indicado

res especiais para o gado maior, o gado menor, as aves e os produtos agropecuários não industrializados. Para o subsetor da extração de produtos vegetais, são oferecidos pela Instituição Índices especiais para as borrachas, as gomas vegetais não elásticas, as ceras, as fibras, as sementes oleaginosas, os produtos extrativos alimentares e, para os produtos tanantes, aromáticos e tóxicos, considerados em conjunto. Para o subsetor da Pesca é calculado apenas um índice geral englobando peixes, crustáceos, moluscos, mamíferos e quelônios. Todos os indicadores, gerais e particulares, elaborados pela Fundação IBGE para o setor primário, são de base fixa, no ano de 1955; ponderação fixa e móvel; têm periodicidade anual; e são calculados pelos critérios alternativos de Laspeyres e Paasche. As séries disponíveis têm o seu início em 1952; acham-se atualizadas, e se referem ao país como um todo.

Os indicadores calculados por ambas as instituições se ressentem das deficiências que afetam as estatísticas básicas levantadas para o setor.

INDÚSTRIA EXTRATIVA DE PRODUTOS MINERAIS - Para este subsetor industrial a Fundação IBGE divulga índices de "quantum" geral e particulares, ponderados de acordo com o critério de Laspeyres, tendo como base o ano de 1955. Tratam-se de índices anuais em cujo cálculo são utilizados dados levantados pelo Ministério da Agricultura. São disponíveis as seguintes séries de índices, todas interrompidas em 1968, em razão de o Ministério de Minas e Energia, não ter podido dar continuidade aos levantamentos destas estatísticas, outrora sob a responsabilidade da Equipe Técnica de Estatísticas Agropecuárias: uma série resumo para o subsetor e três séries particulares (agrupamentos: produtos minerais metálicos; produtos minerais não metálicos; petróleo e gás natural). Todas essas séries têm cobertura nacional.

A Fundação Getúlio Vargas possui uma série de índices para este subsetor da Indústria, com início em 1947 e base em 1949; interrompida em 1968, pelas razões já referidas anteriormente. Tratam-se de índices de ponderação móvel. Os dados cobrem o país em conjunto e têm periodicidade anual.

As séries de indicadores disponíveis para o subsetor não satisfazem às exigências do PNEB, no que respeita ao detalhe geográfico.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - Calculam índices da produção real para o subsetor as seguintes entidades: Ministérios da Indústria e Comércio, da Fazenda e do Planejamento e as Fundações IBGE e Getúlio Vargas.

O Centro de Estudos Econômicos é o órgão do Ministério da Indústria e Comércio responsável pelo cálculo do "Indicador da Evolução da Indústria de Transformação" e "Estudo do Comportamento da Indústria de Transformação". O primeiro desses indicadores é de periodicidade mensal e calculado para períodos definidos (ex.: jan-set.) à base de dados levantados pelo Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços (DEICOM), da Fundação IBGE, complementados, em pequena parte, com dados de outras fontes. O MIC não elabora um indicador geral para a Indústria de Transformação nem índices particulares para os gêneros de indústria submetidos à Pesquisa Mensal do DEICOM. O estudo do "Comportamento da Indústria de Transformação" está baseado em um indicador da evolução do subsetor calculado à base de dados do consumo industrial da energia elétrica, obtido através de levantamento direto junto às concessionárias desses serviços e dos estabelecimentos autoprodutores.

No Ministério da Fazenda, os estudos relacionados com a elaboração de índices da produção real estão sendo processados pela Assessoria Econômica do Ministério, que utiliza dados do DEICOM,

depois de submetidos a um exame crítico, no que respeita à homogeneidade. Calcula essa Assessoria um índice da produção física, para a Indústria de Transformação, do tipo Laspeyres, com base em dados da pesquisa mensal realizada por aquele Departamento do Instituto Brasileiro de Estatística. As séries de índices calculados para este subsetor são para uso interno do Ministério, que nele reconhece certas limitações.

O Setor de Indústria do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) calcula um sistema de índices mensais de "quantum" para o setor industrial, com base no mês de janeiro de 1968. Tratam-se de índices médios aritméticos ponderados, calculados segundo o critério de Laspeyres, cujas séries têm início no ano de 1968. São utilizados para o cálculo desses indicadores dados da Pesquisa Mensal do DEICOM. A partir dos índices mensais, geral e particulares para a indústria de transformação classificada segundo grupos de uso, são calculados índices anuais para o subsetor. As séries disponíveis acham-se atualizadas. Também o Setor de Estatística e Análise de Curto Prazo, do mesmo Instituto, calcula um sistema de índices mensais do valor real da Produção não só para o País em conjunto como, também, para os Estados de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, à base de dados levantados na Pesquisa Mensal, já referida. Este sistema é integrado por: um índice geral para o país; 15 índices particulares para outros tantos gêneros de indústria e 5 índices regionais. Todas as séries têm como base o valor médio mensal da produção de 1969. A média aritmética simples dos índices mensais é oferecida como indicadores de variações anuais da produção, medida em termos de valores reais. As séries disponíveis acham-se atualizadas.

O Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, calcula, em seu Centro de Contas Nacionais, índices da produção industrial desde longa data. Valeu-se a Instituição para isto, no passado, de dados de variadas fontes, mais recentemente

se utiliza de dados levantados pela Fundação IBGE, através da Pesquisa Trimestral do DEICOM, para o ano de 1968, e da Pesquisa Anual do mesmo órgão, para o ano de 1969. As séries calculadas podem ser assim especificadas: uma série resumo para o subsetor da indústria de transformação e treze séries particulares para outros tantos gêneros de indústria. Todas as séries têm como base o ano de 1949, menos as relativas às indústrias mecânica, de material elétrico e comunicações, de material de transporte e de madeira, cuja base é o ano de 1955. Face às modificações introduzidas, com o passar dos anos, nos critérios de levantamento das estatísticas industriais contínuas, as séries de índices correspondentes às indústrias "editorial e gráfica", "diversas", do "mobiliário" e, mais recentemente, às da "madeira" e de "couros e peles", calculadas pela Instituição, foram interrompidas e a relativa ao vestuário, calçados e artefatos de tecidos, teve a sua base transferida do ano de 1955 para o de 1962. Tratam-se de índices ponderados, calculados para o País em conjunto, sendo móvel o sistema de ponderação adotado.

O Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE, calcula em seu Laboratório de Estatística séries de indicadores das variações da produção real para o subsetor, com base em dados mensais levantados pelo Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços (DEICOM), complementados com dados de outras fontes. Dois são os conjuntos de indicadores calculados pela Fundação IBGE, para a indústria de transformação: a) índices da produção real para períodos específicos; b) índices mensais da produção real. No primeiro caso, os índices se referem a períodos obtidos por acumulação sucessiva de meses, dentro de cada ano (ex.: janeiro-fevereiro; janeiro-março .... janeiro-dezembro) e são ponderados de acordo com o critério de Laspeyres. A base dos indicadores é móvel, sendo o igual período do ano precedente ao de observação, e fixa a sua ponderação. Em seu cálculo prevalece, no período de dois anos consecutivos, a utilização de painéis de informante iguais e invariáveis, bem como o número de produtos nele considerados. São indicadores de elaboração relativamente recente, destinados a permitir o

acompanhamento da evolução da indústria de transformação a curto prazo, bem como a visualização do comportamento individual de 15 gêneros (os mais importantes do ponto de vista do valor bruto da produção) dessa Indústria. Os indicadores mensais da produção real, calculados pela Instituição para o subsetor são, também, de estrutura recente. São índices mensais de base fixa (média-mensal do ano de 1971) e, tal como os anteriores, calculados segundo a fórmula de Laspeyres e com a utilização do mesmo sistema de ponderação. São disponíveis as seguintes séries mensais: um indicador resumo para a indústria de transformação e 15 indicadores particulares para um igual número de gêneros.

O Plano Nacional de Estatísticas Básicas (PNEB) prevê a disponibilidade de indicadores mensais para este subsetor, a nível de Unidade da Federação e áreas especiais. Todavia a discriminação exigida não pode ser atendida, no momento, em decorrência do fato de as estatísticas primárias disponíveis não alcançarem o grau de detalhamento necessário a esse propósito, pois que se referem sempre ao país em conjunto.

INDÚSTRIA DA ENERGIA ELÉTRICA - A Fundação Getúlio Vargas calcula índices da produção real de Energia Elétrica. Este indicador aparece em Conjuntura Econômica, sob o título Índices do Produto Real - Serviços Industriais de Utilidade Pública. Trata-se de um indicador de periodicidade anual, cuja série tem o seu início em 1947 e base em 1949. Divulga ainda essa Fundação índices anuais e mensais para o setor, tendo como referência a média anual do triênio 1965-1967, calculados a partir do consumo de energia elétrica total.

Segundo o PNEB, estes indicadores deveriam ter periodicidade anual e cobrir áreas especiais. O indicador disponível é anual e se refere ao país em conjunto.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - A Fundação Getúlio Vargas, através de seu Instituto Brasileiro de Economia, calcula duas diferentes séries de indicadores para a Indústria da Construção: a primeira, com periodicidade mensal, é divulgada em Conjuntura Econômica na for-

ma de indicadores. Utiliza como dados primários a área de piso das construções licenciada nos Municípios das Capitais. As séries calculadas, em número de três, não são ponderadas; têm o seu início em 1965 e sua base é a média anual do período 1965-67. A outra série, calculada dentro do sistema de Contas Nacionais, é um índice geral, com periodicidade anual, elaborado a partir dos principais insumos da indústria da Construção. Tem o seu início em 1947, sendo o ano de 1970 o último do período de observação. A base do indicador é o ano de 1949.

A exigência do PNEB nesta área é a de disponibilidade de índices anuais por Unidade da Federação.

As estatísticas primárias disponíveis para o setor ainda não permitem o atendimento dessas exigências, em sua plenitude, não só quanto à cobertura de toda a indústria de construção, mas, também, quanto ao detalhe geográfico. As estatísticas primárias obtidas através do Inquérito Mensal sobre Edificações, de responsabilidade da Fundação IBGE, se referiam, inicialmente, aos municípios das capitais; posteriormente, alcançaram estes e os centros urbanos mais populosos ficando, porém, sempre limitadas às edificações.

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Duas entidades, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação IBGE, calculam índices de "quantum" do comércio internacional de exportação e de importação dentro dos requisitos exigidos, de periodicidade (anual) e âmbito geográfico (nacional). A primeira dessas Fundações elabora um índice geral, anual e mensal, para cada corrente do comércio exterior e índices particulares, com a mesma periodicidade, para os bens de consumo (em total; duráveis; não duráveis) os combustíveis e lubrificantes, as matérias primas (em total; para a agricultura; para a indústria) e os bens de capital (em total; para a indústria; material de transportes). Elaborar, ademais, séries de índices sintéticos ponderados, também anuais e mensais, para as exportações e as importações classificadas segundo a origem industrial das mercadorias transacionadas e índices simples para produtos específicos desse comércio. A base dos índices é a média do triênio 1965-67.

A Fundação IBGE calcula séries de índices ponderados, dentro de iguais sistemas de classificação de produtos, de acordo com o critério de Laspeyres e base em 1955. O sistema de índices calculados para esse comércio permite a disponibilidade de indicadores gerais e particulares ponderados segundo valores expressos em cruzeiros e em dólares; possui uma cobertura superior a 80% do valor do comércio, tanto para as importações, como, e principalmente, para as exportações. A periodicidade destes índices é anual.

As necessidades nacionais nesse campo, definidas pelo PNEB, acham-se perfeitamente atendidas.

COMÉRCIO INTERESTADUAL DE CABOTAGEM - A Fundação IBGE calcula índices de "quantum" para o comércio interestadual de cabotagem. Os índices por ela calculados são dentro dos mesmos critérios adotados na elaboração dos indicadores do comércio exterior. São índices ponderados, do tipo Laspeyres, com cobertura total do subsetor e o ano de 1955 como base; possuem periodicidade anual e âmbito nacional. As séries disponíveis são em número de 19 correspondendo uma ao índice geral do subsetor e as demais a grupos de mercadorias classificadas segundo a origem. Acham-se ainda disponíveis indicadores calculados para as mercadorias classificadas por grupos de indústria, combinados com a matéria principal. Todas as séries têm o seu início em 1953 e se acham atualizadas.

SERVIÇO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - Dispõe o país de quatro séries singelas de índices para este subsetor, todas de responsabilidades da Fundação Getúlio Vargas. Uma série geral, ligada ao sistema de Contas Nacionais, para o setor de Transportes e Comunicações, com início em 1947 e base em 1949; duas para o transporte ferroviário (geral e de carga) e uma para o transporte aéreo (geral). Tratam-se de séries de índices anuais e mensais, com início em 1960 e base na média do período 1965-67.

2. Apreciação das estatísticas disponíveis frente às Recomendações da 1a. CONFEST

PRODUÇÃO INDUSTRIAL - A Recomendação nº 10 da 1a. CONFEST foi em grande parte atendida. A Fundação IBGE, através do Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços do Instituto Brasileiro de Estatística, assumiu a responsabilidade do levantamento estatístico da Indústria Extrativa de Produtos Mineiros (itens 1 e 6 da Recomendação) e estuda uma adequada classificação para as informações obtidas (item 7); já precede ao levantamento das "Despesas Gerais" dos estabelecimentos industriais, a nível de gênero, em sua "Pesquisa Anual" (item 2); e precede periodicamente à revisão da amostra utilizada em seus levantamentos mensais com o objetivo de adapta-la ao tipo de informação exigido. A revisão e padronização das classificações industriais utilizadas no país (item 3) e sua conversibilidade à Classificação Internacional Industrial Uniforme (CIIU), das Nações Unidas, não foi ainda conseguida, em que pesem os esforços, como igualmente não foi atendida, em sua plenitude, a recomendação feita aos órgãos produtores de estatísticas derivadas, no sentido de fazerem acompanhar a divulgação dessas estatísticas de notas esclarecedoras sobre os princípios metodológicos mais gerais adotados em seus cálculos (item 4). A elaboração de indicadores da produção industrial, segundo categorias de uso e origem (item 8 da mesma Recomendação) já é realizada por algumas instituições, dentro das conhecidas limitações dos levantamentos estatísticos de periodicidade mensal.

No que respeita a extensão das pesquisas do DEICOM à Indústria da Construção Civil (item 1 da Recomendação nº 10) é de se fixar que o atendimento da proposição mostra-se apenas parcial. Relativamente aos Serviços Industriais de Utilidade Pública (energia elétrica, água e esgotos), igualmente objeto de consideração nesse item, registra-se que a Recomendação não foi atendida e que as

informações disponíveis são derivadas ou dos inquéritos sobre "Abastecimento d'Água" e "Rede de Esgotos"; ambos de âmbito municipal e de responsabilidade da Divisão de Epidemiologia e Estatística da Saúde, do Ministério da Saúde, ou, no caso da energia elétrica, dos levantamentos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

COMÉRCIO EXTERIOR E INTERESTADUAL - O item 1 da Resolução nº 8 da 1ª CONFEST prevê a tomada de medidas que assegurem atualidade às publicações do comércio exterior. Entende-se que mais importante do que a publicação de dados é a sua disponibilidade e fácil acesso, dentro do máximo grau de atualização possível e da obediência ao conceito estatístico de comércio internacional. Aquela exigência talvez tenha sido a causa determinante da parcial transferência destas estatísticas para a CACEX, do que resultou o seu mais difícil controle e coordenação. A subordinação dessas estatísticas à nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, estruturada ainda à base da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), na forma da legislação em vigor, agravou sobretudo o problema, tornando mais difícil ainda a comparabilidade histórica dos dados desse comércio. Assim, este item da Recomendação nº 8 continua válido. O item 7, do mesmo instrumento, que determina a revisão e adaptação da NBM a outros levantamentos econômicos realizados no país será atendida na medida em que a "nova" NBM seja aplicada, na forma prevista nos artigos 2º e 5º do Decreto-lei nº 1.154, de 1º de março de 1971, aos levantamentos das estatísticas econômicas, particularmente às do comércio por vias internas. O item 9 dessa Recomendação, que visa eliminar a duplicidade de levantamentos de fluxos de mercadorias, nas áreas do comércio exterior e interestadual, e o que exige a manutenção das linhas gerais do atual sistema de levantamento desses fluxos (item 8), foram atendidos na sua plenitude. A recomendação que visa assegurar a continuidade do levantamento das estatísticas relativas ao comércio por cabotagem, no tempo (item 2,

ainda da mesma Recomendação nº 8), já foi adotada na prática, bem como, dentro das limitações já fixadas, a que sugere a adoção do método de amostragem no levantamento de dados relativos ao comércio por vias internas, pelas Unidades da Federação (item 5).

A Recomendação nº 14, da Iª. CONFEST, que determina sejam encaminhados ao IBE os resultados das experiências do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, no campo da definição e aplicação de esquemas de amostragem ao levantamento das estatísticas do comércio interestadual por vias internas, e o item 4 da Recomendação nº 15, que sugere a extensão das pesquisas realizadas para o setor industrial, pelo IBE, ao comércio atacadista e varejista do país não foram ainda atendidas, sendo que a última pela reconhecida necessidade da estruturação dos planos da pesquisa à base de resultados do Censo Comercial de 1970 e não serem ainda disponíveis os resultados desse censo.

TRANSPORTES - Os itens 3 e 4 da Recomendação nº 8, o primeiro versando sobre o estudo da aplicação de esquemas de amostragem às estatísticas dos transportes ferroviários e, o segundo, sobre ser estendida a todas as ferrovias do Brasil as estatísticas de fluxo elaboradas pela Rede Ferroviária Federal, não foram ainda atendidos, o que talvez sugira a necessidade de sua reiteração. O item 6, da mesma Recomendação, fixando a necessidade de estudo de aplicação do método de amostragem ao levantamento dos fluxos de carga e passageiros, entre Unidades da Federação, na área dos transportes rodoviários, está sendo atendido em parte.

### 3 - Conclusões e Recomendação à II CONFEST

As estatísticas relativas à Produção Agrícola são todas derivadas do "Caderno D" das Campanhas Estatísticas. Ressentem-se, ainda, essas estatísticas, de um elevado grau de subjetividade, em

que pese a existência hoje de um maior controle sobre elas, pois que refletem, não raro, opiniões pessoais e representam uma estimativa da produção obtida à luz de informações conseguidas pelo Agente de Coleta nem sempre junto aos próprios agricultores. Não é porém de esperar-se uma alteração substancial nos métodos de levantamento dessas estatísticas, a curto ou médio prazo. De outro lado, as dificuldades encontradas no obter-se informações sobre as despesas diversas dos estabelecimentos agrícolas, no que respeita à compra de adubos e corretivos, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas, combustíveis e eletricidade etc., mesmo por ocasião dos censos decenais, têm impedido dispor-se para o setor de um sistema de ponderações de índices adequado, obrigando trabalhar-se com valores brutos de produção, antes do que com valores agregados. Sem embargo, todos os elementos necessários à obtenção desses valores foram investigados no censo agrícola de 1970.

Reconhecendo-se as dificuldades existentes neste campo, sugere-se, entretanto, seja recomendada a realização de esforços no sentido da obtenção de dados de estatística contínua mais adequados aos propósitos da elaboração de índices de produção do setor.

As estatísticas primárias relativas à Pecuária, registram os efetivos dos rebanhos existentes no final do ano, por espécie, informações que se revelam insuficientes para o cálculo de índices da produção real, do tipo e expressão requeridos, principalmente no que se refere aos animais de pequeno porte de ciclo econômico inferior a 1 (um) ano.

No que respeita ao gado bovino, pesquisa especial realizada pela Fundação IBGE, a partir de 1972, oferecerá as informações necessárias ao correto cálculo da produção. Conviria, assim, que duas Recomendações fossem formuladas; a primeira, no sentido de a Instituição estudar a possibilidade de transformar a pes

quisa especial que realiza sobre bovinos, em pesquisa permanente e estende-la ao gado equino, asinino e mular e aos suínos, caprinos e ovinos; a segunda, dirigida ao ETEA, no sentido de continuar a desenvolver todos os esforços no aperfeiçoamento das estatísticas relativas ao abate de animais, especialmente os de pequeno porte e as aves (galinhas, perus, patos e codornas). Ressalte-se que o censo agrícola de 1970 permitirá a definição de um adequado sistema de ponderação para esses índices.

Sobre a Produção de Origem Animal são disponíveis dados considerados aceitáveis, em certa medida, para o propósito em causa. As informações existentes são relativas às produções de ovos de galinha, lã em bruto, mel de abelha, cera de abelha e casulo e levantadas pela Equipe Técnica de Estatísticas Agropecuárias, do Ministério da Agricultura.

A suspensão dos levantamentos da Produção Extrativa de Produtos Minerais, por parte do ETEA, a partir de 1970, determinou a paralização dos cálculos dos índices anuais correspondentes a este subsetor ou, pelo menos, alterou a regularidade de seus cálculos. O conhecimento futuro dos resultados do censo industrial de 1970 e a transferência dessas estatísticas para a área da Fundação IBGE, permitirá a retomada de sua elaboração e, talvez, a atualização das séries disponíveis. Para o setor, não se registra a necessidade de Recomendações especiais à CONFEST.

Os índices e indicadores da Indústria de Transformação ressentem-se das limitações que caracterizam ou podem caracterizar os levantamentos da produção industrial brasileira. Tanto o levantamento da produção anual como o da produção mensal não oferecem a exata medida do que representam as informações sobre a produção física para um dado produto, em relação à produção total nacional desse produto e à produção também total do gênero em que o

mesmo se acha classificado, à base do conceito de produto principal. O relativo pequeno número de produtos específicos constantes das estatísticas mensais; os critérios que prevalecem na seleção desses produtos, evidentemente influenciados pela capacidade limitada de apuração do órgão que as executa e a necessária rápida disponibilidade das informações requeridas, determinam, em certos casos, a baixa representatividade de gêneros de indústria e, assim, também, da produção total, deixando a suspeita de que os índices setoriais calculados pelas diferentes entidades que o fazem podem afastar-se algo da realidade, em razões dessas limitações.

Assim, Recomendação poderia ser proposta no sentido de o IBE estudar a possibilidade de:

- a) ampliação do número de produtos das pesquisas mensal e anual, à base de um estudo criterioso de representatividade desses produtos dentro do respectivo gênero e dos resultados do censo industrial de 1970;
- b) revisão sistemática e quinquenal dos esquemas de amostragem adotados nesses levantamentos, partindo do princípio que o corpo de informantes da Pesquisa Mensal deve ser necessariamente uma subamostra dos informantes da Pesquisa Anual.

Os dados disponíveis para a Indústria da Construção não permitem, ainda, o tratamento adequado do problema da construção de índices e indicadores para essa indústria, pois que não se reportam ao real trabalho executado pelo setor, em dado exercício econômico, seja por se referirem apenas a edificações residenciais, seja por se reportarem a uma situação de expectativa, representada pelo cômputo de licenças concedidas e nem sempre utilizadas, mas certamente abrangentes, com frequência, mais de um ano civil. Efetivamente, não alcançaram a construção de estradas de rodagens e de ferro e outras construções não menos importantes como sejam: as obras de arte (pontes, viadutos, túneis, estádios, barragens, etc.)

e, particularmente, as grandes e pequenas hidrelétricas, para não se falar das construções civis realizadas dentro de áreas militares. A CONFEST poderia, pois, recomendar a complementação das estatísticas levantadas para o Subsetor.

O levantamento da produção de Energia Elétrica, em que pese não alcançar as unidades (estabelecimentos ou empresas) autoproductoras, isto é, os que produzem essa energia para o seu próprio consumo, atende às necessidades de cálculo de índices relativos ao setor, desde que se atribua à área de jurisdição das empresas produtoras de energia elétrica o conceito de "áreas especiais", na forma definida no Plano Nacional de Estatísticas Básicas. Para a construção de índices regionais faz-se obrigatória a utilização de dados de consumo, passando-se a enfocar o problema do ponto de vista da demanda, aliás sem graves inconvenientes. Levando-se em conta que tais dados são igualmente disponíveis, conviria fosse feita uma Recomendação ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica no sentido de estudar a possibilidade do oferecimento de estatísticas de energia elétrica vendida pelas principais empresas de serviços públicos (responsáveis por 90% da produção total do país), segundo as Unidades da Federação ou, pelo menos, segundo as Grandes Regiões do País.